

Boletim Trimestral 34

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Ficha técnica

Propriedade

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

Maria Margarida Louro

Conceção Gráfica e Paginação

Gabinete de Comunicação

Edição

setembro 2019

Colaboradores internos

Amável Candeias
Carlos Almeida
Fátima Bacharel
Luis Santos
Maria João Alface
Ventura Ourives
Teresa Godinho

Colaboradores externos

Confraria Gastronómica do Alentejo

Capa

Gastronomia alentejana - Açorda de peixe

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

04 Destaques

Confraria Gastronómica do Alentejo

10 Análise regional

Conjuntura Regional

16

A Evolução de indicadores económicos na Região Alentejo

25

Para uma Administração Local de Excelência

Municípios que em 2019 assumem as competências transferidas ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais (dados reportados a 5/9/2019)

27

Relatório da Comissão Independente para a Descentralização

29

Perspetiva 2020

Exploração de Fontes de Energia Renováveis e Ordenamento do Território - O Caso das Centrais Fotovoltaicas

36

O Alentejo no Contexto do Portugal 2020

Síntese de Execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 30 de junho de 2019

45

Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em Destaque

48

Síntese de Execução do Alentejo 2020 - Situação a 30 de junho de 2019



A **CONFRARIA GASTRONÓMICA DO ALENTEJO**, comemora este ano o seu **25º. Aniversário**.

Na sua génese está a divulgação, proteção e disseminação do Património Gastronómico alentejano.

Nesta 34ª. edição do Boletim " Alentejo Hoje. Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional", colocamos em DESTAQUE esta meritória Associação, que tem por objeto a investigação e a divulgação do Património Gastronómico Alentejano, defendendo e divulgando a autenticidade do mesmo.

Destaque

Confraria Gastronómica do Alentejo

No ano em que se comemoram 25 anos da criação da Confraria Gastronómica do Alentejo, importa realçar a principal faceta identitária pela qual foi constituída. Na sua génese está obviamente a divulgação, proteção e disseminação do património gastronómico Alentejano, enquanto pilares para a sua atual existência.



25 ANOS
A DIVULGAR A
GASTRONOMIA ALENTEJANA
1994-2019



Cabido Geral de Outono 2018



Fonte: Confraria Gastronómica do Alentejo

Foto - Severo Asfotografia

1. Confraria Gastronómica do Alentejo

A CONFRARIA GASTRONÓMICA DO ALENTEJO (CGA) é uma associação sem fins lucrativos e de duração ilimitada e tem por objeto a investigação e divulgação do Património Gastronómico Alentejano. No desenvolvimento da sua atividade propõe, defender e divulgar a autenticidade da Gastronomia Alentejana sem, no entanto, reprimir a sua evolução natural e adequada a processos tecnicamente tidos como corretos.

Incentivar a investigação do Património Gastronómico Alentejano nos seus múltiplos aspetos, é também uma das missões da CGA, tais como, receituário, arte e técnica da cozinha tradicional, produtos utilizados, relacionada com a arte popular gastronómica, pesquisa das antigas casas de comida, cozinheiras e cozinheiros, evolução das iguarias, e todos os outros que permitam fazer a reconstituição histórica da cozinha dos nossos antepassados e afirmar a sua razão de ser nos dias de hoje.

Também é mote da CGA promover a nível regional, nacional e internacional a GASTRONOMIA ALENTEJANA, através de formas consideradas convenientes.

Retificar e atualizar sempre que necessário a Carta Gastronómica do Alentejo e colaborar na publicação e atualização periódica de um roteiro da Gastronomia Alentejana. Promover e apoiar medidas tendentes à preservação e recuperação da fauna e da flora autóctones, nomeadamente das espécies piscícolas e cinegéticas, das ervas aromáticas e condimentos, assim como de todos os produtos tradicionais, com especial incidência no presunto e enchidos do porco Alentejano.

Outras finalidades, como a promoção e realização de encontros gastronómicos tais como almoços, jantares, merendas e ceias, em locais significativos do Alentejo e de outras regiões nacionais ou estrangeiras, de preferências em épocas com especial relevo gastronómico.

Premiando cozinheiras, cozinheiros, restaurantes e seus profissionais, homenageando as entidades individuais ou coletivas pelo seu concurso relevante em prol da Gastronomia Alentejana. Estabelecendo o intercâmbio com outras organizações congéneres nacionais ou estrangeiras, procurando afinidades existentes com a Gastronomia Alentejana.

Publicar literatura profissional e científica ou de opinião confrádica tais como livros, folhetos, cartazes e outro material de informação; artigos de investigação e divulgação nos meios de comunicação social regional, nacional e internacional. Premiado quaisquer trabalhos que

venham a público, versando a gastronomia Alentejana. Promovendo ou organizando mostras, encontros e concursos de gastronomia regional do Alentejo.

Fomentar junto das entidades competentes a divulgação dos princípios elementares da Gastronomia Alentejana, nas escolas dos diversos graus de ensino da região. Incentivar ações de formação nos campos turísticos e hoteleiros com o apoio de instituições para tal vocacionadas. Colaborando com os órgãos locais regionais e nacionais de turismo, em todas as ações tendentes à divulgação e promoção da Gastronomia Alentejana.

Promover a recolha de alfaia e de outros materiais ligados à cozinha e gastronomia do Alentejo visando a criação de um Museu. Colaborar com entidades certificadoras dos produtos regionais, permitindo a afixação por período determinado do distintivo da CONFRARIA, como recomendação, em estabelecimentos hoteleiros que, comprovadamente dignifiquem a Gastronomia Alentejana.

Fonte: Adaptado dos estatutos da Confraria Gastronómica do Alentejo



2. Caracterização da Confraria gastronómica do Alentejo

A Confraria Gastronómica do Alentejo (CGA), tem como exemplos ilustrativos na sua identidade e singularidade objetos e práticas rituais que defendem o património gastronómico, nomeadamente elementos da simbologia e cultura local, agregada com a vida rural de outros tempos.

Na estrutura estatutária da confraria, existem elementos simbólicos que remontam à época medieval, por exemplo, as funções administrativas, e os diversos órgãos sociais eletivos, designados por **Cabido Geral**; **Provedoria** e **Mesa de Averiguações** respetivamente.

Observa-se, que no **Cabido Geral** existe a presença do **Grão-Mestre**, coadjuvado por dois secretários denominados de **Escrivães**, que completa assim a mesa do **Cabido Geral**. A **Provedoria** da CGA, têm a função de administrar e representar a confraria, e a sua constituição é representada por cinco elementos um **Provedor**, um **Chanceler**; um **Contador-Mor** e dois **Almotacés** (e.g. Presidente; Secretário; Tesoureiro e dois Vogais). Quanto à Mesa de **Averiguações**, esta tem a finalidade de fiscalizar a Confraria (Conselho Fiscal), composta por três elementos, **Averiguador-Mor** e dois **Almoxarifes**, títulos atribuídos ao presidente e respetivos vogais da mesa.

Paralelamente, junto da **Provedoria** deverá funcionar um órgão de natureza consultivo designado por **Conselho da Pureza** que tem como função redigir pareceres a pedido dos Órgãos Sociais da Confraria, sem força vinculativa. Em articulação com a **Provedoria**, existem também duas figuras que têm funções de natureza protocolar designadas de **Trinchante-Mor** e **Copeiro-Mor** como por exemplo, apoiar a Provedoria, nos eventos gastronómicos e cerimónias de Entronização de novos Confrades.

Relativamente à indumentária, esta é caracterizada pelo uso de um **Gabão Alentejano** sofisticado em verde-escuro, usado pelos trabalhadores rurais onde as cores têm a função simbólica e de simbiose com a cultura e tradição rural. Complementa o traje um chapéu mazantino típico usado outrora pelos lavradores do Alentejo, sobretudo quando montavam a cavalo. Nas senhoras o chapéu é tipo camponesa sofisticado.



Uma insígnia em estanho que simboliza uma **Colher Provedora ou Provadeira** artesanal talhada pelos pastores que, a executavam enquanto guardavam o gado, normalmente feita de azinho, que completa e caracteriza assim os confrades da CGA.



No logótipo, e estandarte estão representados alguns saberes e utensílios como o almofariz; o alguidar a colher provadeira e ao fundo a representatividade dos claustros conventuais que muito representam a doçaria típica e conventual do Alentejo. O porco também está presente dada à representatividade que este produto tem na economia de subsistência no Alentejo.



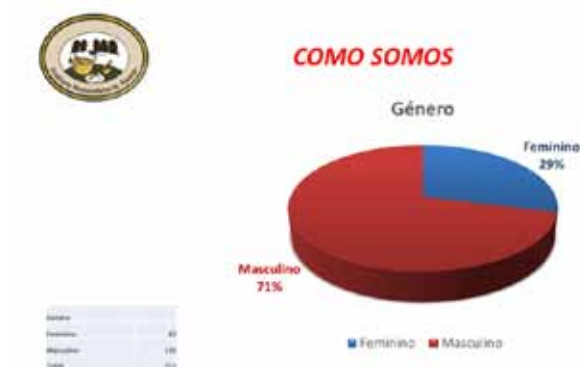
Aquando, no juramento os candidatos e/ou futuros confrades realizam na sua entronização na confraria, há a formalização de um compromisso pela preservação dos valores identitários e tradicionais da cultura.

“Comprometo-me perante todos os presentes, a defender e difundir a Gastronomia Alentejana, pugnando pela sua autenticidade e dos produtos que lhe servem de base, aceitando, cumprindo e fazendo cumprir os estatutos da Confraria gastronómica do Alentejo”

Em suma, a Confraria Gastronómica do Alentejo revê-se numa questão de vanguarda da sociedade contemporânea, onde o assunto permanente é alvo dos interesses dos mais diversos segmentos sociais, aliados à tradição e inovação das práticas gastronómicas. O trabalho desenvolvido ao longo destes 25 anos de existência demonstra a importância na criação de mecanismos em prol do desenvolvimento, mas sobretudo no controle e processos de qualidade na produção gastronómica tradicional, mas também nos diversos movimentos confrádicos realizados, estabelecendo o intercâmbio com outras organizações congéneres, internamente como além-fronteiras, na procura de afinidades com o objetivo de dinamizar e proteger a cultura, autenticidade e a

tradição gastronómica do Alentejo.

Atualmente o corpo social da C.G.A. conta com cerca de 212 confrades de ambos os géneros, distribuídos pelas nomenclaturas de Confrades Fundadores; Confrades de Honra; Confrades de Mérito e Confrades Efetivos.



Fonte: Excerto da responsabilidade do Confrade/Almotacé Rui Amaral.
Adaptado da Newsletter da CGA de julho de 2019

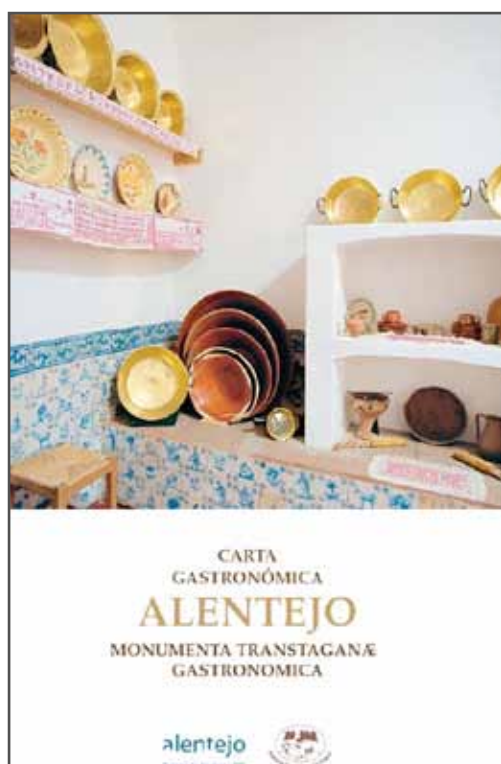


3. Vinte cinco anos a divulgar o Património Gastronómico Alentejano

Ao longo de 25 anos a Confraria Gastronómica do Alentejo percorreu um longo trajeto, com ambição, dinamismo e vitalidade, a promover os aspetos diferenciadores e identitários da gastronomia alentejana e a divulgar o seu potencial cultural, científico e antropológico.

Este trajeto contou obviamente com o empenho e envolvimento de todos os ilustres Confrades, com os seus saberes e experiências e com o apoio das mais variadas instituições da Região. Consubstanciou-se em encontros gastronómicos, congressos, palestras, conferências, workshops, concursos de cozinha alentejana, entre muitas mais realizações e participações. Perpetuou-se, para memória futura, com inúmeras obras escritas editadas diretamente ou com a participação da C.G.A. e dos seus Confrades, das quais se destacam: Cadernos Gastronómicos sobre “Tapas e Petiscos”; “Receitas do Mar”; “Comidas de Azeite”; “Doçaria Conventual”; “Receituário de Borrego”; “Diagnóstico da Fileira do Pão” entre outras, mas, em que a mais relevante é indubitavelmente a Carta Gastronómica do Alentejo, qual carta magna conceptual de inteligibilidade do património gastronómico alentejano, enquanto instrumento de compilação e gestão dos saberes ancestrais com que os diversos atores locais contribuíram.

(<http://confrariagastronomicadoalentejo.pt>).



Fonte Realizado/adaptado pelo Confrade/Chanceler José Casas-Novas

Ao longo de todo o ano de 2019 as comemorações do XXV aniversário da Confraria Gastronómica do Alentejo, tem contado com um vasto programa de realizações, com especial destaque para o Encontro de Confraria Enogastronómicas do Alentejo, entre outras e terá o seu ponto alto no dia 23 de novembro, aquando da realização do Cabido de Outono, com uma sessão solene de “Tributo aos Fundadores” na Sala de Atos da U.E., a realização de uma Mostra de Produtos Endógenos do Alentejo, a “entronização” de mais de duas dezenas de novos confrades e um encontro gastronómico entre Confrades, familiares e convidados, que irá decorrer no Hotel Convento do Espinheiro.

É justo reconhecer respeitosamente, todo o apoio concedido pelas Instituições Locais e Regionais e a participação ativa de todos os que passaram pela Confraria, naturalmente com especial relevo, para os Fundadores, os que estão entre nós e os que já partiram e que nos anos que precederam 2019, desde o dia 16 de março de 1994, se reuniram, realizaram, se envolveram e tornaram a Confraria Gastronómica do Alentejo, naquilo que é hoje um precioso legado para a região, com provas dadas no panorama confrádico e gastronómico nacional e internacional, merecendo todos eles, sem exceção um elevado reconhecimento de gratidão.

Artigo da responsabilidade da **Confraria Gastronómica do Alentejo**.

Análise Regional

Conjuntura Regional - 2º Trimestre de 2019

O mercado de trabalho regional, no 2º trimestre, revela uma ligeira inversão da tendência positiva que se vinha verificando continuamente. Esta alteração é sobretudo quando os valores do 2º trimestre são comparados com os valores do trimestre anterior. Verifica-se que os indicadores regionais referentes ao mercado de trabalho, apresentam praticamente todos, uma evolução desfavorável face ao trimestre anterior.

A referenciar, como fator menos positivo, a continuação da evolução desfavorável da população ativa que continua a ter variação negativa, quer face ao trimestre anterior, quer face ao período homólogo de 2018, o que já acontecia no trimestre anterior.

A população empregada por conta de outrem, que no trimestre anterior revelava uma evolução positiva face a momentos anteriores, neste trimestre passou também a ter um comportamento desfavorável face ao trimestre anterior, com menos 4 milhares de empregados e face ao trimestre homólogo com menos 1,4 milhares. A taxa de emprego ainda mantém uma variação positiva de 0,4% face ao período homólogo, mas face ao trimestre anterior a variação é de -1,1%.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2019 - Mercado de trabalho

Indicador	2º Trimestre 2019	1º Trimestre 2019	2º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Mil.)	342,6	344,7	344,3	-0,5	-0,6	INE
Taxa de emprego (%)	52	52,6	51,8	0,4	-1,1	INE
População empregada por conta de outrem (Mil.)	319,1	323,1	320,5	-0,4	-1,2	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	851	853	825	3,2	-0,2	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	55,9	56,1	55,6	0,5	-0,4	INE
Taxa de desemprego (%)	6,9	6,3	6,9	0,0	9,5	INE
População desempregada (Milh.)	23,6	21,6	23,7	-0,4	9,3	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	19,5	21,4	20,6	-5,5	-9,1	IEFP

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

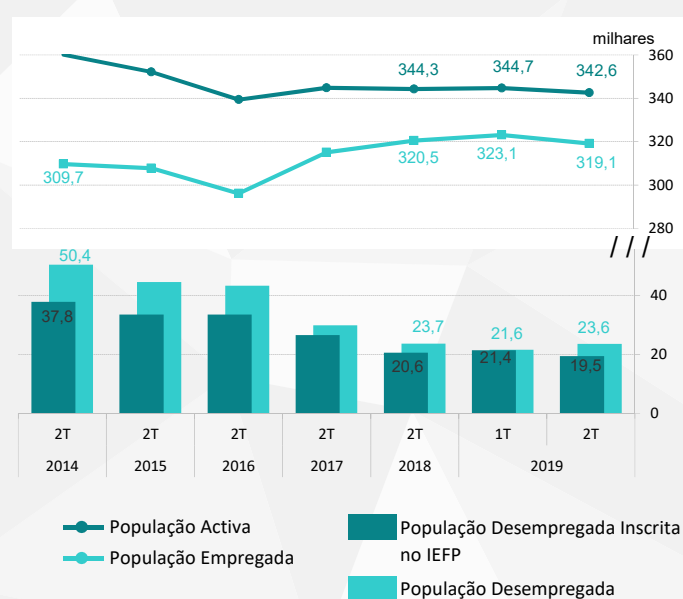
A taxa de desemprego volta a assumir o mesmo valor do período homólogo de 2018, mas passou de 6,3% no 1º trimestre de 2019 para 6,9% no trimestre em referência. A população desempregada diminuiu ligeiramente face ao valor do trimestre homólogo, mas aumentou 2 milhares de desempregados face ao trimestre anterior, apesar dos desempregados inscritos nos serviços de emprego terem diminuído, quer face ao trimestre homólogo, quer face ao anterior.

A taxa de actividade tem uma variação ligeira, favorável face ao período homólogo e negativa face ao trimestre anterior.

O rendimento médio mensal da população empregada por conta de outrem, que nos últimos tempos vinha assumindo uma evolução continuamente positiva, apresenta no trimestre em referência, um valor médio de menos 2€, face ao trimestre anterior.

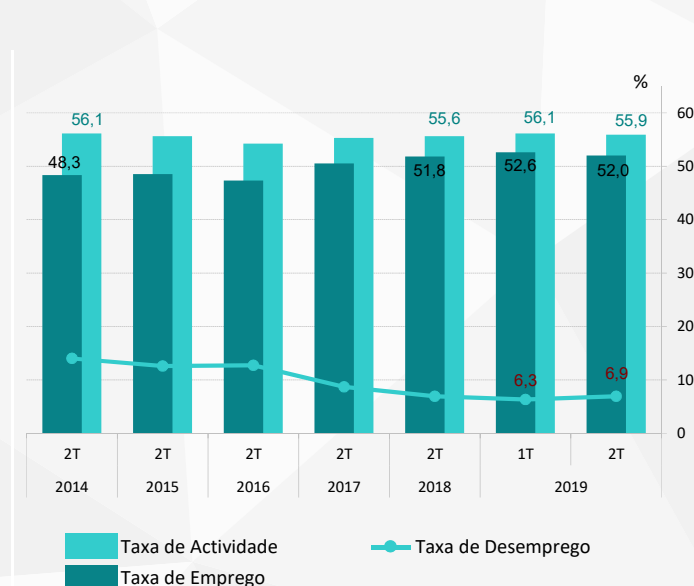
Perante um período temporal mais alargado, podemos concluir que a população ativa entre o 2º trimestre de 2014 e o 2º trimestre de 2019, diminuiu em cerca de 17,5 milhares. Já a população empregada, apesar do decréscimo anteriormente sinalizado no corrente ano, este trimestre face ao 2º trimestre de 2014, apresenta um acréscimo de 9,4 milhares de empregos.

População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

Também a população desempregada que registou em acréscimo entre o 1º e o 2º trimestre de 2019, face ao 2º trimestre de 2014 regista um decréscimo de 26,8 milhares de desempregados, sendo de registar a aproximação dos valores indicados referentes à população desempregada aos valores registados como inscritos nos serviços de emprego.

A taxa de actividade, apesar de ter verificado um decréscimo pouco acentuado em 2015 e 2016, nos restantes períodos tem -se revelado com uma tendência praticamente contínua, sem variações assinaláveis, sendo que relativamente ao trimestre anterior revelou um ligeiro decréscimo de 0,2%, mantendo-se valores praticamente idênticos aos valores de 2014.

A taxa de emprego tem vindo a revelar a continuada tendência ascendente, com a exceção do trimestre em análise que chegou a 52,0% face a 52,6% no trimestre anterior. Esta evolução encontra-se em consonância com a continuidade do decréscimo da taxa de desemprego, sendo que este trimestre registou um acréscimo de 0,3%, face ao anterior, mas bastante inferior a valores registados em 2014.

Assim, o comportamento dos indicadores do mercado de trabalho, revelaram este trimestre uma ligeira inversão às expectativas inerentes a períodos de crescimento económico, não sendo suficiente para perspetivar que este período de crescimento seja interrompido. É preciso aguardar a evolução futura destes e doutros indicadores económicos que aqui não estão a ser abordados.

Os indicadores de habitação e turismo têm continuado a manifestar uma variação favorável, havendo a salientar o aumento continuado da avaliação bancária dos alojamentos que no 2º Trimestre atinge 1055€/m²

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2019 - Habitação e Turismo

Indicador	2º Trimestre 2019	1º Trimestre 2019	2º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	83	70	71	16,9	18,6	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m²)	1055	1042	981	7,5	1,2	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	203,9	120,3	181,7	12,3	*	INE
Turismo - proveitos totais (10³ €)	12809	6263	10468	22,4	*	INE

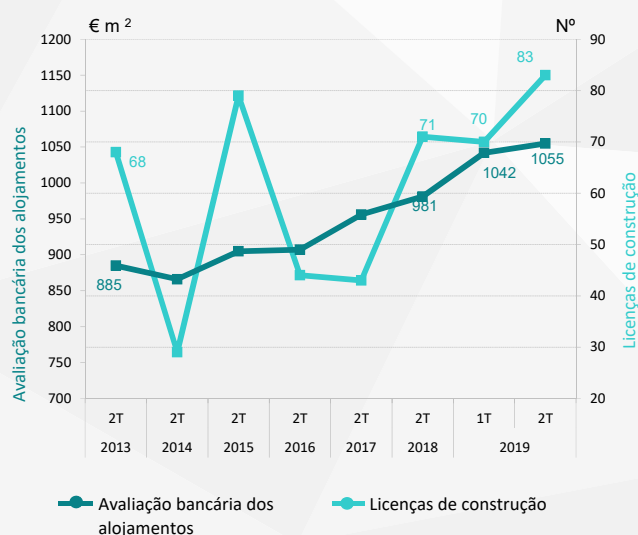
Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

Os indicadores regionais referentes à habitação revelam que a avaliação bancária dos alojamentos por m² continua a aumentar, tendo acrescido 74€/m² no espaço de um ano.

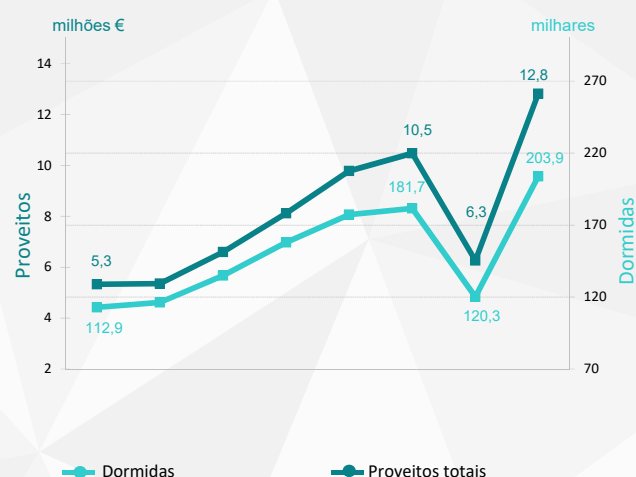
As licenças de construção em número de fogos, têm uma variação positiva de 16,9% relativamente ao período homólogo, e de 18,6% face ao trimestre anterior. No entanto, é de salientar que esta variação se refere a pequenos números, o que acaba por não ser relevante, pois as variações traduzem-se em mais 12 licenças relativamente ao trimestre homólogo de 2018 e mais 13 licenças face ao trimestre anterior.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Infoline

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



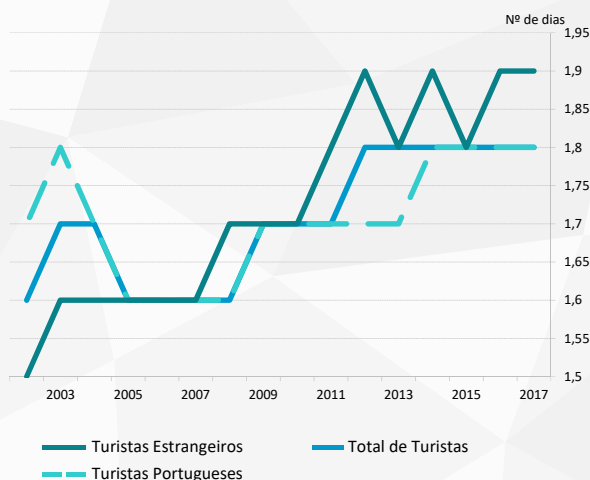
Fontes: INE - Infoline

Numa análise temporalmente mais alargada, confirma-se a continuada tendência ascendente da avaliação bancária dos alojamentos que aumentou 170€ entre o 2º trimestre de 2013 e o trimestre em referência. As licenças de habitação, por sua vez, revelam uma tendência com descontinuidades, apesar de entre períodos homólogos, a partir de 2017, haver uma quebra nessa descontinuidade e uma ligeira tendência ascendente.

O turismo regional revela a continuidade na tendência favorável que se tem vindo a verificar, com uma variação de 12,3% no número de dormidas e de 22,4% nos proveitos totais, face ao período homólogo.

A tendência ascendente continuada tanto no número de dormidas como nos proveitos totais, entre períodos homólogos, tem sido clara desde 2013, sendo que a descontinuidade manifestada se refere ao 1º trimestre do corrente ano, o que tem que ver com diferentes sazonalidades. Os proveitos totais têm manifestado uma tendência ascendente mais acentuada que a evolução do número de dormidas.

Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2003 a 2017



Fontes: INE - Infoline

A estada média permite relacionar o n.º de hóspedes com o n.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, independentemente das categorias dos estabelecimentos, dos respetivos preços médios e da capacidade de alojamento.

No Alentejo, em 2017 (dados mais recentes) ainda não se tinha conseguido chegar a uma média de 2 dias, sendo que são ainda os turistas estrangeiros que conseguem uma média ligeiramente superior (1,9 dias, face a 1,8 dos portugueses).

No que se refere aos indicadores referentes à avaliação bancária, é de salientar o decréscimo percentual do rácio de crédito vencido referente aos empréstimos a famílias. Já no que concerne às empresas, apesar deste indicador revelar uma variação negativa face ao período homólogo, é positiva face ao trimestre anterior (acréscimo percentual de 12,9).

Os empréstimos concedidos às famílias aumentaram em 48 milhões de euros face ao trimestre anterior e 56 milhões, face ao período homólogo.

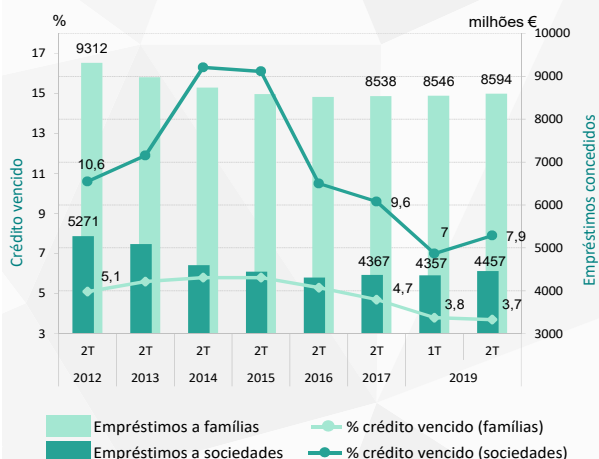
O número de devedores (relativamente aos empréstimos às famílias) tem vindo a crescer ligeiramente, tanto relativamente ao trimestre anterior, como relativamente ao período homólogo, não sendo um acréscimo significativo.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2019 - Avaliação Bancária

Indicador	2º Trimestre 2019	1º Trimestre 2019	2º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	3,7	3,8	4,7	-21,3	-2,6	BP
Empréstimo concedido a famílias (10⁶ €)	8594	8546	8538	0,7	0,6	BP
Empréstimo concedido a famílias (10³ devedores)	312,7	311,8	310	0,9	0,3	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	7,9	7	9,6	-17,7	12,9	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10⁶ €)	4457	4357	4367	2,1	2,3	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Quanto aos empréstimos concedidos às sociedades, os mesmos cresceram 2,1 e 2,3 milhões de euros, face ao período homólogo de 2018 e ao trimestre anterior, respetivamente.

Se se recorrer a um período temporal mais alargado, em termos de comparação de períodos homólogos, para que haja uma perspetiva tendencial destes indicadores, verifica-se a tendência decrescente dos empréstimos às famílias, entre 2012 e 2016 e depois, uma tendência ligeira de acréscimo. Os empréstimos às sociedades, de volume inferior, até 2016 têm um comportamento similar, verificando-se uma descontinuidade na tendência atual. O rácio de crédito vencido nas famílias, desde 2015 que revela uma tendência decrescente, enquanto o das empresas, muito superior ao das famílias, revela uma tendência descontínua, registando o valor mais baixo no 1º trimestre do corrente ano.

A balança comercial da região continua a revelar em junho de 2019 um resultado positivo, dado que o valor das exportações continua a ser consideravelmente superior relativamente ao das importações.

Porém, é de salientar que apesar da variação positiva no valor das exportações de 18,3% face ao período homólogo de 2018, há um decréscimo de 5,3% face ao trimestre anterior. O valor das exportações deve-se sobretudo às exportações no espaço europeu, sendo de considerar a variação de 42,9% relativamente ao período homólogo de 2018 relativamente às exportações para fora da europa.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2019 - Exportação / Importação

Indicador	2º Trimestre 2019	1º Trimestre 2019	2º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	325,0	343,1	274,6	18,3	-5,3	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	247,9	252,6	220,7	12,4	-1,9	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	77,1	90,5	53,9	42,9	-14,9	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	224,1	256,6	190,4	17,7	-12,6	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	177,4	182,1	161,5	9,9	-2,6	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	46,7	74,5	29,0	61,1	-37,3	INE

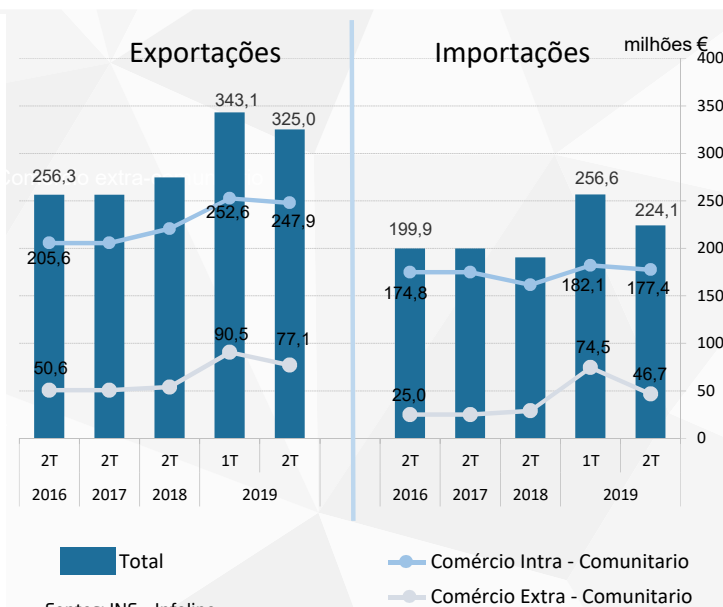
Fonte: INE - Infoline

O valor das importações também se refere sobretudo à importação de bens no espaço europeu, registando-se um aumento das mesmas no espaço fora da europa, relativamente ao período homólogo, mas uma variação negativa face ao trimestre anterior. Assim, o comércio faz-se sobretudo entre países europeus, registando-se, no período homólogo um acréscimo quer no valor das importações, quer no valor exportações - quer na europa, quer fora da europa. Já relativamente ao trimestre anterior, o valor das exportações e das importações tem variação negativa, dentro e fora do espaço europeu.

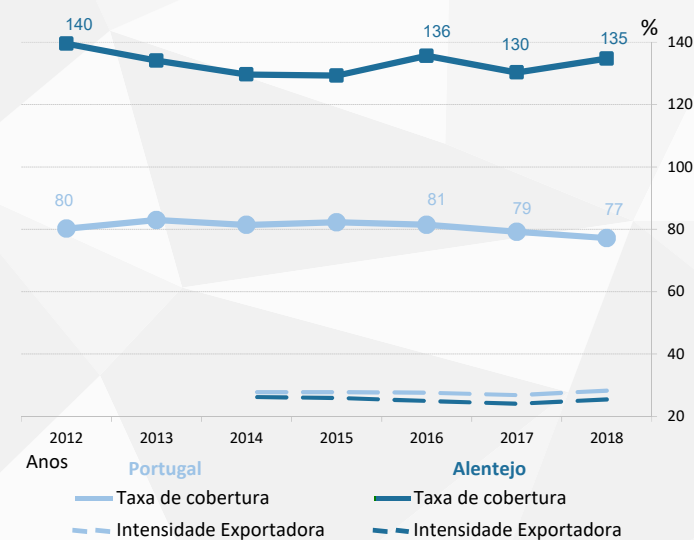
Tendo em conta um período mais alargado, o comportamento do valor das importações e do valor das exportações, não tem sido similar no período 2016 - 2019. A partir de 2017 o valor das exportações tem vindo a crescer. Enquanto, entre períodos homólogos, o comércio intracomunitário tem sido continuamente crescente, regista-se uma ligeira inflexão, face ao trimestre anterior de 2019. Já o valor extracomunitário, até 2018 manteve-se praticamente sem variações assinaláveis, revelando uma tendência expansionista no último ano.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra - Comunitário Alentejo

Evolução de 2016 a 2019

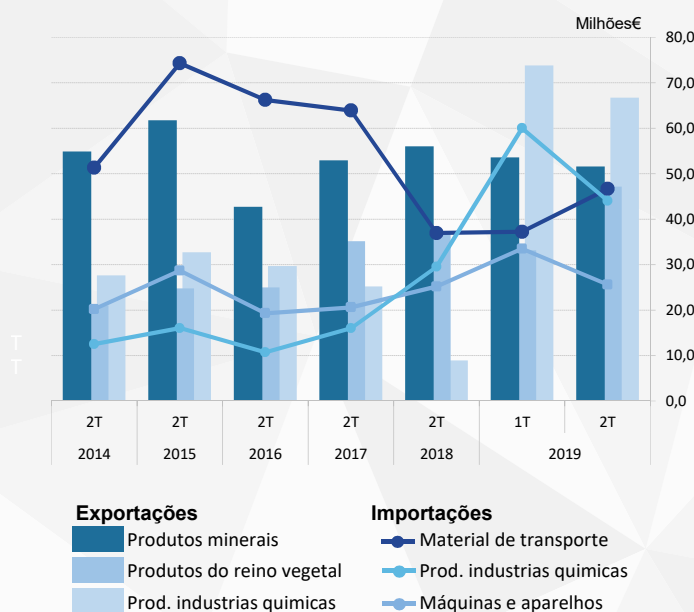


Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora



Fontes: INE - Infoline

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Infoline

O valor das importações no espaço europeu, até 2018 revelaram tendência decrescente, sendo que têm aumentado no último ano apesar da ligeira inflexão nos dois últimos trimestres de 2019 (com valores superiores a 2018). Sucedeu uma evolução idêntica ao valor das importações fora da Europa, apesar do valor destas ser significativamente inferior relativamente ao valor daquelas.

Neste contexto, a taxa de cobertura das importações pelas exportações na Região, é substancialmente superior à mesma taxa a nível nacional, sendo a taxa regional superior a 100%, o que significa que a Região tem uma boa competitividade comercial. No entanto, a intensidade exportadora nacional revela valores superiores à regional. Saliente-se que este indicador evidencia a orientação da produção para o mercado externo e a contribuição das exportações para o PIB.

A estrutura das exportações regionais, revela que o valor correspondente aos produtos do reino vegetal, pela primeira vez, passa a ocupar o lugar do 3º produto mais exportado na região. O valor dos plásticos e borracha que antes ocupava a 2ª posição nos produtos mais exportados, passou a estar em queda, quer nas importações, quer nas exportações, sendo estas lideradas, este ano, pelos produtos de indústrias químicas.

O valor das exportações destes produtos, cresceram significativamente em 2019. O valor das exportações dos minerais, apesar da baixa de 2016, tem-se mantido acima dos 50 milhões de euros por trimestre.

As posições relativas dos três produtos com maior valor nas importações, mantém-se, apesar do decréscimo trimestral no valor das máquinas e aparelhos, do decréscimo no valor dos produtos de indústrias químicas, após o acréscimo substancial verificado em 2018 e do acréscimo pouco significativo no valor do material de transporte importado na Região.

Artigo da responsabilidade de Teresa Godinho, chefe de divisão e Amável Candeias, técnico superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

Análise Regional

A Evolução de indicadores económicos na Região Alentejo

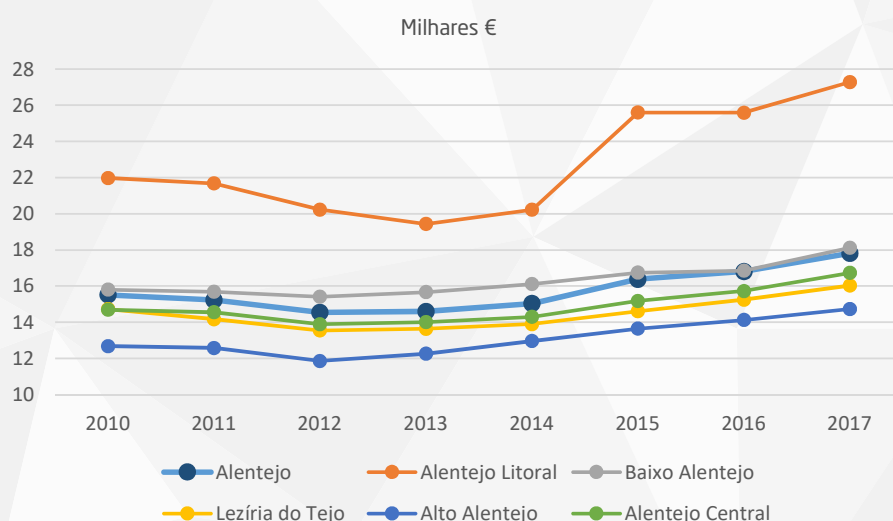
Desde o início da recuperação da crise, em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) real em Portugal cresceu cerca de 11% em termos acumulados, tendo alcançado o nível que havia atingido antes da crise financeira internacional. A evolução cíclica da economia portuguesa tem acompanhado a da zona euro, refletindo a integração do país no espaço europeu. Em Portugal, em 2018, o PIB cresceu cerca 2,1% e, segundo dados do Banco de Portugal prevê-se que em termos reais venha a crescer 1,7% em 2019 e 1,6% em 2020 e em 2021. Apesar da previsão desta evolução, ainda segundo dados do Banco de Portugal, o PIB per capita em Portugal continuará a situar-se próximo de 60% da média do PIB per capita na zona euro, um valor ainda ligeiramente inferior ao observado no início da união monetária. A referir que o produto interno bruto (PIB) é o indicador que habitualmente se toma como a medida essencial do desenvolvimento económico e do crescimento económico.

No contexto nacional, as regiões têm as suas especificidades e, em cada região, as respetivas sub-regiões também apresentam diferentes graus de desenvolvimento. É nesta perspetiva de comparar indicadores ligados à economia nas diferentes NUTS III do Alentejo que sistematizamos os dados que a seguir se apresentam. De referir que apresentamos sempre o período temporal mais recente que disponibiliza dados desagregados ao nível sub-regional.

O Alentejo Litoral destaca-se na Região pelo valor mais elevado do PIB por habitante, atingindo no último ano em referência o valor de 27,3 milhares de euros, face a 17,8 milhares de euros da média do Alentejo e 18,9 milhares de euros a nível do País.

O Baixo Alentejo é a sub-região que logo a seguir ao Alentejo Litoral, mais contribui para o PIB regional chegando no mesmo período temporal em referência, ao valor de 18,1 milhares de euros por habitante, ainda superior ao valor médio da Região.

Produto Interno Bruto por habitante



Fonte: INE

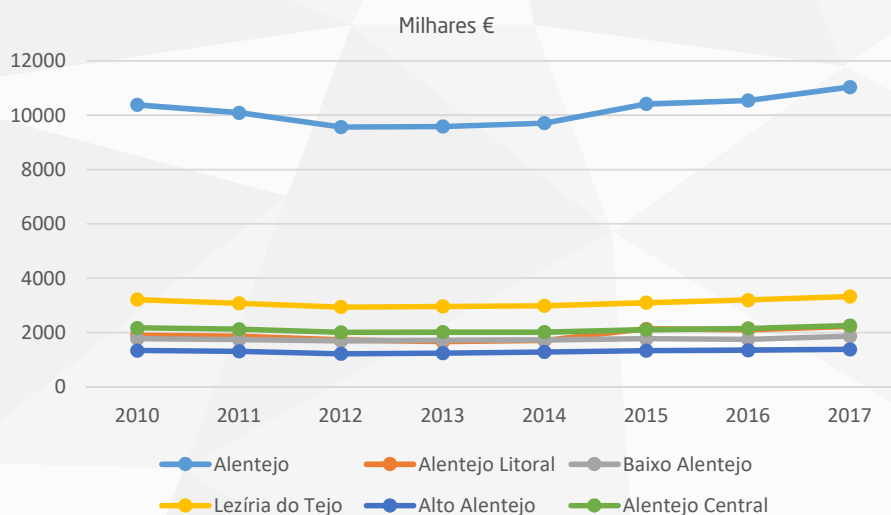
As restantes três sub-regiões apresentam valores abaixo do valor médio do Alentejo, sendo que, por ordem decrescente deste valor, apresentam o seguinte posicionamento - Alentejo Central, Lezíria do Tejo e Alto Alentejo (16,7, 16,0 e 14,7 milhares de euros, respetivamente).

Outro indicador relevante para a economia é o **Valor Acrescentado Bruto (VAB)** que representa o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado.

O Alentejo não revela variações acentuadas nos valores do VAB, ao longo do período em apreço, tendo chegado a 11037 milhões de euros no ano mais recente. De destacar a Lezíria do Tejo como a sub-região que mais contribui para o VAB da Região (3325,1 milhões de euros).

O Alentejo Central é a sub-região que ocupa a segunda posição de melhor contribuinte (2252,8 milhões), sendo que o Alentejo Litoral se encontra muito próxima (2222,9 milhões de euros).

Valor acrescentado bruto (VAB)



Fonte: INE

As duas sub-regiões com valores de VAB mais baixos são o Baixo Alentejo (1858,9 milhões) e o Alto Alentejo (1376,3 milhões)

Com o objetivo de conhecer a oferta de empresas na Região e a sua distribuição por unidade territorial correspondente à NUTS III, referencia-se o número de empresas no Alentejo e nas respetivas sub-regiões.

Verifica-se que o Alentejo tem vindo a evidenciar um aumento no número de empresas, havendo em 2017 um acréscimo de 4392 empresas, face a 2011.

A Lezíria do Tejo é a sub-região com um maior número de empresas, seguida do Alentejo Central.

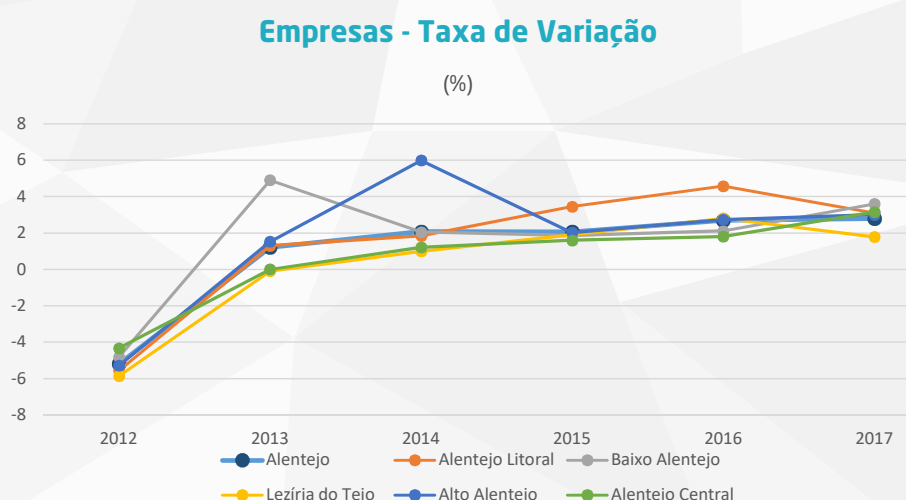
Empresas

Indicador	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Número de Empresas						
Alentejo	79747	75605	76522	78102	79710	81853
Alentejo Litoral	11423	10788	10928	11129	11513	12040
Baixo Alentejo	13619	12963	13598	13876	14134	14432
Lezíria do Tejo	24273	22850	22828	23055	23494	24152
Alto Alentejo	11371	10769	10933	11587	11820	12143
Alentejo Central	19061	18235	18235	18455	18749	19086

Fonte: INE

Em termos de taxa de variação, são o Baixo e o Alto Alentejo que nos anos 2013 e 2014, mais viram crescer o número de empresas, se bem que nos anos seguintes tenham voltado à sua trajetória anterior.

A salientar as taxas de variação sempre positivas, a partir de 2013, em todas as sub-regiões.



Fonte: INE

Das 84139 empresas existentes no Alentejo, só 4008 pertencem à indústria transformadora, o que corresponde a 4,8% do total das empresas.

Empresas da Indústria Transformadora

Indicador	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de Empresas da Indústria Transformadora							
Alentejo	4274	4054	3935	3938	3931	3933	4008
Alentejo Litoral	451	413	405	421	411	420	432
Baixo Alentejo	679	661	651	650	653	632	654
Lezíria do Tejo	1445	1365	1292	1305	1286	1290	1312
Alto Alentejo	635	584	573	563	569	591	600
Alentejo Central	1064	1031	1014	999	1012	1000	1010

Fonte: INE

A Lezíria do Tejo e o Alentejo Central são as sub-regiões com uma maior percentagem de empresas da indústria transformadora face ao total de empresas das respetivas sub-regiões. No Alentejo Litoral só 3,5% das empresas estão neste grupo.

Ao considerarmos a dimensão das empresas da Região, consoante o número de postos de trabalho que asseguram, concluímos que das 84 139 empresas, só 43 são consideradas grandes empresas¹, 81 616 são microempresas² e 2480 pequenas e médias empresas. Isto significa que no conjunto do tecido empresarial do Alentejo, 97% das

¹ - Empresas com mais de 250 efetivos, volume anual de negócios superior a 50 milhões de euros e balanço total superior a 43 milhões de euros;

² - Empresas com menos de 10 efetivos, volume anual de negócios de 2 ou menos milhões de euros e balanço total no valor de 2 milhões ou menos de euros;

empresas, são microempresas. Esta percentagem é comum em todas as sub-regiões, face ao número total de empresas da respetiva sub-região, exceto na Lezíria do Tejo, onde este valor diminui muito ligeiramente para 96% de microempresas e no Baixo Alentejo que sobe para 98%. A percentagem das grandes empresas é irrelevante, sendo a sub-região da Lezíria do Tejo a que assume um valor mais significativo com cerca de 0,08% do total, tendo a Região, neste grupo, uma média de 0,05% do total regional. As pequenas e médias empresas apresentam no Alentejo valores correspondentes a cerca de 2,5%, sendo a sub-região com valores proporcionais mais elevados a Lezíria do Tejo com cerca de 3,8% do total da respetiva sub-região e a sub-região do Alentejo Litoral com valores proporcionais menos elevados (cerca de 2,4%) neste grupo de empresas.

Número de Empresas por Dimensão do Emprego - 2017



Fonte: INE

As dinâmicas de criação/ encerramento de empresas têm sido favoráveis, pois o saldo tem sido positivo, refletido na permanência de 77 empresas, em junho de 2019. A Lezíria do Tejo e o Alentejo Central são as sub-regiões com maior dinâmica na criação de novas entidades e o Alto Alentejo a sub-região com menor dinâmica.

Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas

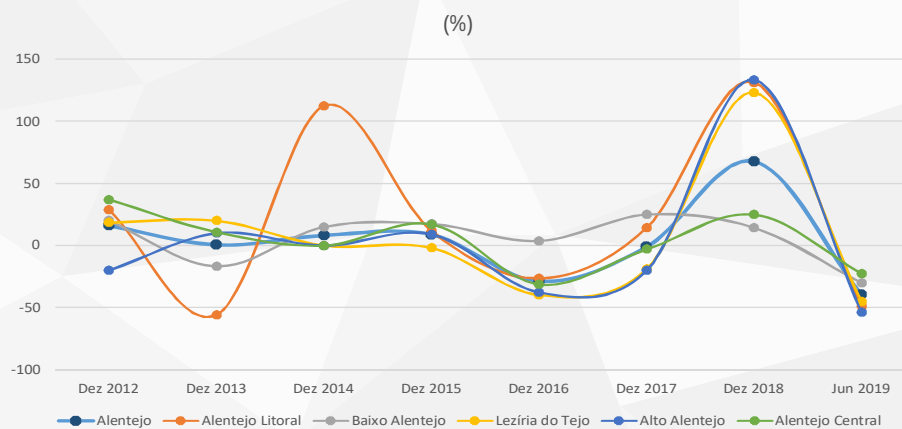
(nº)

	Dez 2011	Dez 2012	Dez 2013	Dez 2014	Dez 2015	Dez 2016	Dez 2017	Dez 2018	Jun 2019
Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas (nº)									
Alentejo	124	144	145	157	171	122	121	203	123
Alentejo Litoral	14	18	8	17	19	14	16	37	19
Baixo Alentejo	20	24	20	23	27	28	35	40	28
Lezíria do Tejo	38	45	54	54	53	32	26	58	32
Alto Alentejo	25	20	22	22	24	15	12	28	13
Alentejo Central	27	37	41	41	48	33	32	40	31

Fonte: INE

O comportamento na dinâmica de criação de novas entidades, ao longo dos últimos anos, é mais continuado no Baixo Alentejo, não apresentando também o Alentejo Central variações acentuadas. A sub-região com variações mais acentuadas é sem dúvida o Alentejo Litoral.

Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas - Taxa de Variação



Fonte: INE

Porém, a dissolução de pessoas coletivas, apresenta, na generalidade das sub-regiões, números pouco significativos, sendo o comportamento, ao longo do tempo, descontínuo, havendo na Lezíria do Tejo um número de dissoluções, em valor absoluto, mais elevado (porque o número de empresas também é mais elevado) e variações menos acentuadas.

Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas

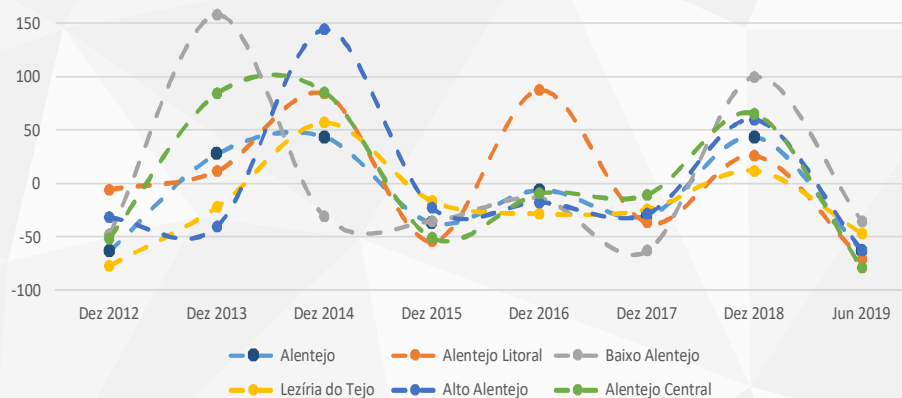
(nº)

	Dez 2011	Dez 2012	Dez 2013	Dez 2014	Dez 2015	Dez 2016	Dez 2017	Dez 2018	Jun 2019
Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (nº)									
Alentejo	312	115	147	211	133	125	87	125	46
Alentejo Litoral	18	17	19	35	16	30	19	24	7
Baixo Alentejo	36	19	49	34	22	19	7	14	9
Lezíria do Tejo	197	45	35	55	46	33	25	28	15
Alto Alentejo	22	15	9	22	17	14	10	16	6
Alentejo Central	39	19	35	65	32	29	26	43	9

Fonte: INE

Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas - Taxa de Variação

(%)



Fonte: INE

O volume de negócios anual das empresas da Região tem vindo a ter uma evolução favorável, situando-se, de acordo com os dados mais recentes em cerca de 17 milhões de euros.

A Lezíria do Tejo é a sub-região com um volume de negócios mais elevado que se situa em cerca de 6,8 milhões de euros, seguida do Alentejo Central com cerca de 3 milhões de euros.

Volume de Negócios nas Empresas

(10³ Euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios nas Empresas (10³ Euros)							
Alentejo	14793	14041	14265	14569	15169	15536	16922
Alentejo Litoral	2752	2245	2343	2435	2335	2425	2677
Baixo Alentejo	1867	1850	1853	1932	2120	2150	2398
Lezíria do Tejo	5839	5627	5644	5839	6175	6271	6836
Alto Alentejo	1696	1858	1960	1831	1879	1951	2073
Alentejo Central	2639	2460	2465	2532	2660	2739	2937

Fonte: INE

O volume de negócios com valor anual menos elevado localiza-se no Alto Alentejo, onde a média chega, no ano mais recente, aos 2 milhões de euros. O Baixo Alentejo tem vindo a assistir a uma evolução positiva no volume de negócios, nomeadamente nos anos mais recentes, tendo chegado, de acordo com os últimos dados disponíveis a cerca de 2,4 milhões de euros. O Alentejo Litoral, com um comportamento menos contínuo no volume de negócios, chega a cerca de 2,7 milhões no último ano disponível.

Quanto ao número de trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade, a região evidencia uma predominância de trabalhadores no setor terciário, onde trabalham cerca de 60% do total dos trabalhadores

Em todas as sub-regiões do Alentejo é o setor terciário que emprega maior número de trabalhadores, sendo, no entanto, o Alto Alentejo e a Lezíria do Tejo as sub-regiões onde a percentagem de trabalhadores deste setor assume maior relevância (64% e 60%, respetivamente).

Trabalhadores por conta de outrem - 2016

Nº

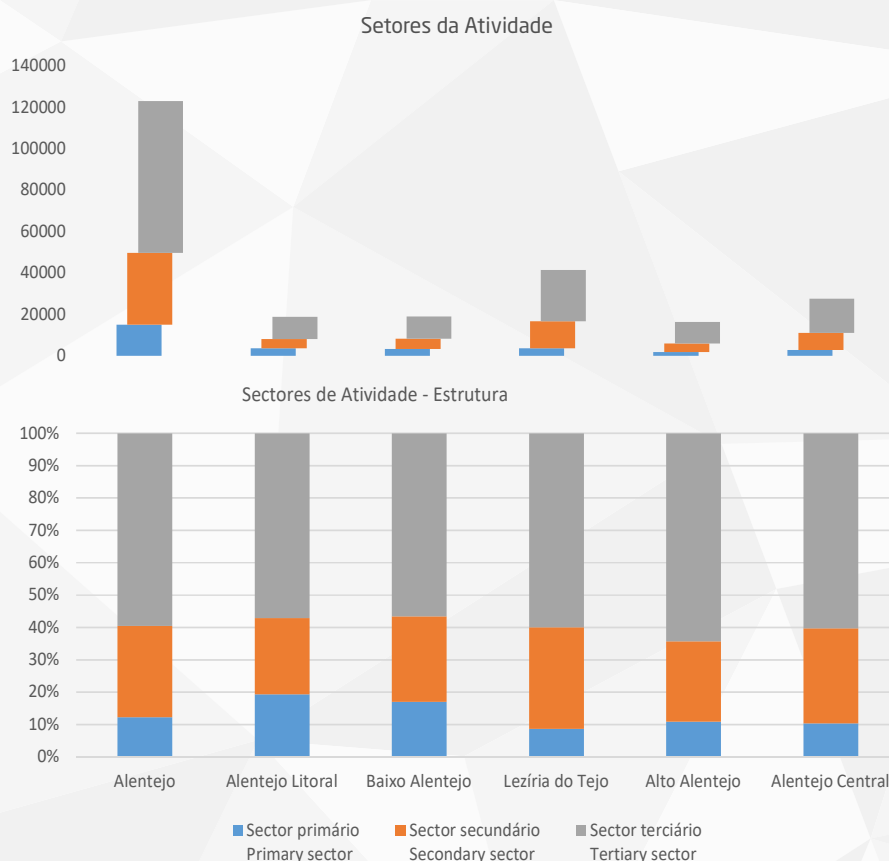
	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
Trabalhadores por conta de outrem - 2016 (Nº)			
Alentejo	15041	34578	73298
Alentejo Litoral	3625	4412	10697
Baixo Alentejo	3231	5013	10733
Lezíria do Tejo	3576	13040	24798
Alto Alentejo	1758	4032	10436
Alentejo Central	2851	8081	16634

Fonte: INE

O Alentejo Litoral é a sub-região que emprega um maior número de trabalhadores no setor primário e onde o peso relativo dos postos de trabalho assume maior preponderância neste setor (cerca de 19%).

No Alentejo Central, o setor primário emprega cerca de 10% dos trabalhadores da sub-região, setor terciário cerca de 60% e o secundário aproxima-se dos 30%. No Alto Alentejo, a posição relativa do setor primário é muito similar à posição ocupada pelo mesmo setor no Alentejo Central.

Trabalhadores por conta de outrem - 2016



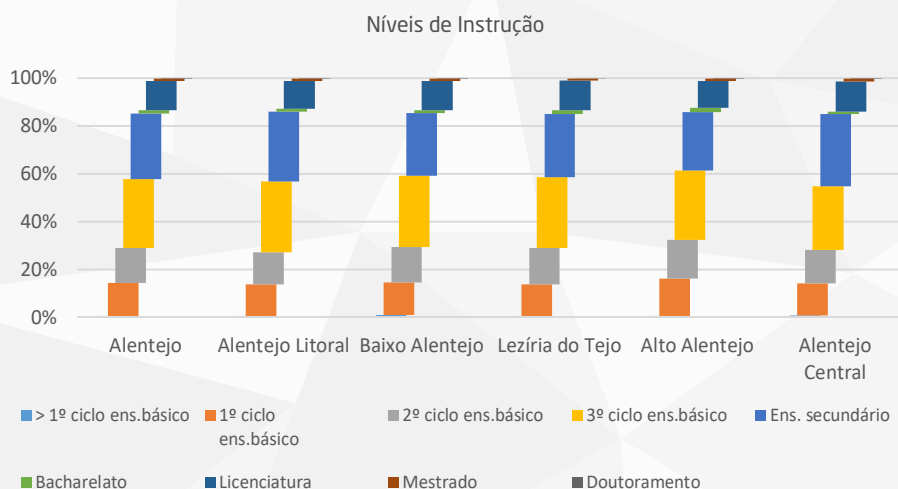
Fonte: INE

Em contrapartida a Lezíria, apesar de ter um número de trabalhadores no setor primário, muito similar ao número apresentado pelo Alentejo Litoral, na globalidade dos postos de trabalho, este setor tem um peso menor (cerca de 9% dos postos de trabalho da sub-região).

Os níveis de instrução dos trabalhadores por conta de outrem são, em termos proporcionais, muito similares nas diversas sub-regiões.

A maior parte dos trabalhadores tem o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário.

Trabalhadores por conta de outrém



Fonte: INE

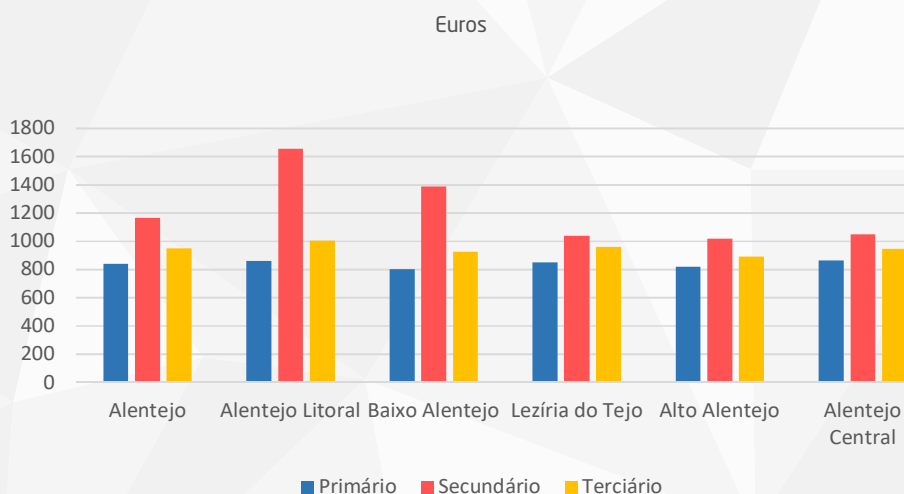
Se o número de trabalhadores com níveis de instrução inferiores ao primeiro ciclo é residual, não chegando a 1%, há ainda uma proporção considerável de trabalhadores portadores só do 1º ciclo do ensino básico, atingindo entre 13% e 16%, apresentando o Alentejo Litoral a proporção mais baixa e o Alto Alentejo a proporção mais elevada.

O número de trabalhadores com licenciatura ronda, em média, os 12% dos trabalhadores em todas as sub-regiões, apresentando a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central proporções ligeiramente acima (cerca de 12,5%) e o Litoral e o Alto Alentejo proporções ligeiramente abaixo (11,2% e 11,6%, respetivamente).

O ganho médio mensal dos trabalhadores, por setor, revela que os trabalhadores do setor secundário têm remunerações mais elevadas e os do setor primário, remunerações mais baixas.

Esta relação de ganho entre setores, é comum em todas as sub-regiões, sendo que os trabalhadores do setor primário têm um ganho mais elevado no Alentejo Central e mais baixo no Baixo Alentejo (cerca de 864€ e 802€, respetivamente).

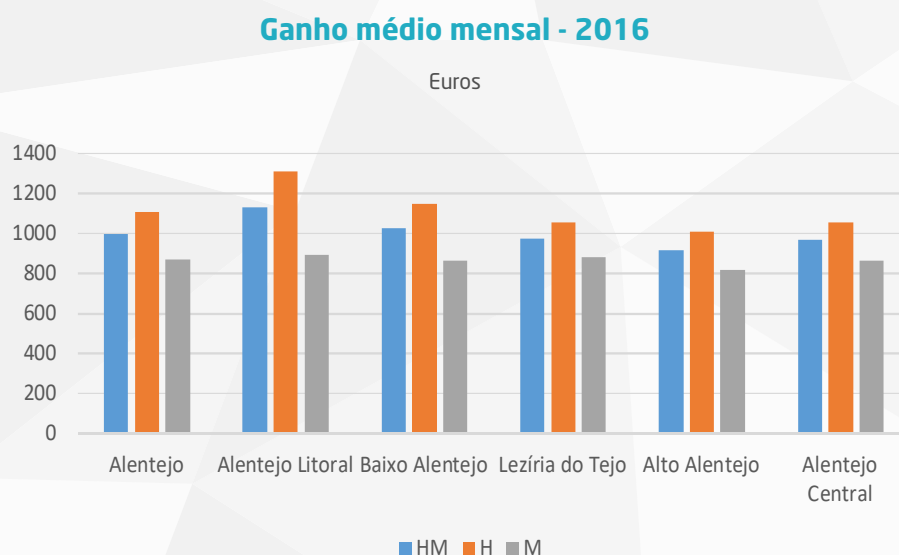
Ganho médio mensal - 2016



Fonte: INE

Quanto ao setor secundário, o ganho médio mensal é mais elevado no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo (1657€ e 1358€, respetivamente) e o setor terciário é mais elevado no Alentejo Litoral e na Lezíria (1006€ e 962€, respetivamente) e mais baixo no Alto Alentejo (cerca de 892€).

Se tivermos em conta o ganho médio, por género e por sub-região, conclui-se que em todas as sub-regiões as mulheres têm ganhos inferiores aos dos homens



Fonte: INE

A diferença é maior no Alentejo Litoral, onde o ganho mensal dos homens ultrapassa, em média, cerca de 400€ o das mulheres e a menor diferença é na Lezíria do Tejo, onde a diferença média é de cerca de 177€, a favor dos homens. De salientar que não está a ser tida em conta a natureza do trabalho, podendo concluir-se genericamente (não havendo outro tipo de análise) que as mulheres efetuam trabalhos com remunerações mais baixas.

Artigo da responsabilidade de Teresa Godinho, Chefe de Divisão e Maria João Alfaced, Técnica Superior da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional.

Para uma Administração Local de Excelência

Municípios que em 2019 assumem as competências transferidas ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais (dados reportados a 5/9/2019)



Como é sabido, a **Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais** (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), veio prever que a transferência de novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019 e 2020, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos nele previstos.

Para 2019, os diplomas de âmbito setorial que desenvolveram aquela lei vieram determinar que as entidades que não pretendam a transferência das competências previstas nos referidos diplomas comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após a entrada em vigor dos mesmos.

Em seguida elencam-se, por **área temática**, os **Municípios do Alentejo** que em 2019 assumem tais competências previstas nos decretos-leis setoriais¹ (dados colhidos da lista nacional atualizada a 5/9/2019 que pode ser consultada em <http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/>).

Praias (DL n.º 97/2018 de 27/11)

ALANDROAL, ALTER DO CHÃO, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SOUSEL, VENDAS NOVAS, VIANA DO ALENTEJO.

Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar (DL n.º 98/2018, de 27/11)

ALANDROAL, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SINES, SOUSEL, VIANA DO ALENTEJO.

Vias de comunicação (DL n.º 100/2018, de 28/11)

CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SINES, SOUSEL, VIANA DO ALENTEJO.

Justiça (DL n.º 101/2018, de 29/11)

ALMODÔVAR, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SOUSEL, VENDAS NOVAS, VIANA DO ALENTEJO.

Associações de bombeiros (DL n.º 103/2018, de 29/11)

ALANDROAL; ALMODÔVAR, BEJA, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SINES, SOUSEL, VENDAS NOVAS, VIANA DO ALENTEJO.

Estruturas de atendimento ao Cidadão (DL n.º 104/2018, de 29/11)

ALANDROAL, ALMODÔVAR, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SINES, SOUSEL, VENDAS NOVAS, VIANA DO ALENTEJO.

Habitação (DL n.º 105/2018, de 29/11)

ALMODÔVAR, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SOUSEL, VIANA DO ALENTEJO.

Património imobiliário público sem utilização (DL n.º 106/2018, de 29/11)

ALMODÔVAR, AVIS, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, ESTREMOZ, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SINES, SOUSEL, VENDAS NOVAS, VIANA DO ALENTEJO.

Estacionamento público (DL n.º 107/2018, de 29/11)

ALANDROAL, ALMODÔVAR, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FRONTEIRA, GAVIÃO, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SINES, SOUSEL, VIANA DO ALENTEJO.

Cultura (DL n.º 22/2019, de 30/01)

ARRONCHES, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, ESTREMOZ, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MOURA, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SINES, VENDAS NOVAS.

Educação (DL n.º 21/2019, de 30/01)

ALMODÔVAR, ALTER DO CHÃO, ARRONCHES, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, GAVIÃO, NISA, OURIQUE, PORTEL, SOUSEL.

Transporte de passageiros (turístico e de serviço público) em vias navegáveis interiores

(DL n.º 58/2019, de 30/04)

ALJUSTREL, ALMODÔVAR², ALTER DO CHÃO, ALVITO, ARRAIOLOS², ARRONCHES, BEJA, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CASTRO VERDE², CRATO, ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MONFORTE, MORA, MOURA², MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SOUSEL, VENDAS NOVAS.

Áreas portuárias e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária

(DL n.º 72/2019, de 28/05)

ALJUSTREL, ALMODÔVAR², ALTER DO CHÃO, ALVITO, ARRAIOLOS², ARRONCHES, BEJA, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CASTRO VERDE², ELVAS, FERREIRA DO ALENTEJO, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MONFORTE, MORA, MOURA, MOURÃO, NISA, ODEMIRA, OURIQUE, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, PORTEL, REGUENGOS DE MONSARAZ, SOUSEL, VENDAS NOVAS.

Artigo da responsabilidade de Luis Santos, diretor de serviços - Direção de Serviços Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL), CCDR Alentejo.

1 - Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais

2 - Carece de esclarecimento/aprofundamento (Fonte: DGAL)

Para uma Administração Local de Excelência

Relatório da Comissão Independente para a Descentralização



A **Comissão Independente para a Descentralização** foi criada pela Lei n.º 58/2018, de 21 de agosto, tendo por missão promover um estudo aprofundado sobre a organização e funções do Estado, aos níveis regional, metropolitano e intermunicipal, sobre a forma de organização infraestadual e desenvolver um programa de desconcentração da localização de entidades e serviços públicos, assegurando coerência na presença do Estado no território.

Nos termos desta lei, a referida Comissão foi incumbida de apresentar, até 31 de julho de 2019 (final do seu mandato), relatórios do trabalho desenvolvido, contendo as recomendações e propostas que entenda pertinentes, as quais serão tomadas como referência para as iniciativas legislativas subsequentes que venham a ocorrer.

Presidida por João Cravinho, a Comissão Independente para a Descentralização, que integrou também, como membros, Adriano Pimpão, Alberto João Jardim, António Carmona Rodrigues, Helena Pinto e João Ferrão, procedeu à entrega do relatório do trabalho desenvolvido à Assembleia da República no passado dia 30 de julho do corrente ano.

Fruto da ponderação de vários estudos contratualizados com peritos nacionais e da OCDE, da interação com entidades e organismos da Administração Pública pertinentes ao tema da descentralização e da audição das entidades referidas na lei - áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, comissões de coordenação e desenvolvimento regional, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação Nacional de Freguesias - o relatório (constituído pelo Volume I), encontra-se estruturado em seis partes.

Tendo por fito fornecer uma base técnica bem fundamentada para futuras decisões legislativas, a Comissão, procedendo a múltiplas análises e à formulação de recomendações, elaborou um sumário executivo que integra o dito Relatório.

Importa realçar que o processo de descentralização para os municípios não faz parte das atribuições cometidas à referida Comissão. Efetivamente, o objeto do trabalho desenvolvido centra-se nas regiões administrativas, nas áreas metropolitanas e nas comunidades intermunicipais, ou seja, nos níveis que se situam entre a administração central do Estado e os municípios e freguesias.

Sendo incontornável reconhecer a relação que existe entre descentralização e regionalização, a Comissão Independente ressalva e esclarece o seguinte, a título prévio (e cita-se): *Por diversas vezes emergiu a ideia, certamente relacionada com o processo em curso de descentralização para os municípios, de que descentralização e regionalização constituem duas vias alternativas, porque mutuamente exclusivas. Ora a regionalização é uma das componentes do processo de descentralização, o qual, em abstrato, pode incluir a transferência de atribuições e competências para as regiões administrativas, para as entidades intermunicipais (áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais), para os municípios e para as freguesias.*

- Em termos sintéticos, no Relatório começa por estabelecer-se uma relação entre o modelo territorial de desenvolvimento de Portugal continental e os processos de descentralização e desconcentração para os níveis da administração de âmbito regional e sub-regional.
- Passando em seguida ao aprofundamento da temática da Descentralização Administrativa, a Comissão procurou diagnosticar de forma abrangente as várias questões suscitadas pelo aprofundamento da descentralização administrativa a favor das entidades intermunicipais e das regiões administrativas. Neste âmbito, a ponderação feita pela Comissão, traduzida em determinadas recomendações ao nível das Áreas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais, distinguem dois cenários: um independente da existência de regiões administrativas; outro no caso de serem criadas e instituídas regiões administrativas.
- Na parte III – Sistema de Governo das Regiões Administrativas, começando por uma análise dos sistemas de governo hoje em vigor nas câmaras, assembleias municipais, juntas de freguesia e assembleias de freguesia, é também passado em revista o sistema previsto na Constituição da República Portuguesa para as regiões administrativas.

- A parte IV é dedicada ao financiamento público proposto para as Regiões Administrativas, com destaque para o investimento público e para a instituição dos Fundos de Coesão Regional.
- Desconcentração e deslocalização de serviços públicos são igualmente objeto de reflexão, na parte V, do Relatório, elencando critérios e medidas que acresçam a coerência da presença do Estado no território.
- Por fim, na parte VI, é traçado um cenário de modernização e eficiência ao nível das administrações regionais. A qualidade das instituições, a capacitação dos recursos humanos, a par da digitalização, são preconizados como essenciais. Princípios como os da transparência no exercício da titularidade dos órgãos da administração e da prevenção da corrupção são igualmente identificados como pilares.

O trabalho entregue pela Comissão Independente para a Descentralização, bem como uma gama variada de estudos especializados e contributos qualificados que dele fazem parte integrante são de divulgação pública, encontrando-se acessíveis em <https://www.parlamento.pt/Paginas/2019/julho/relatorio-comissao-independente-descentralizacao.aspx> .

Pela amplitude e atualidade das reflexões e recomendações que comporta, o **Relatório consubstancia um documento de referência e inegável interesse na temática da Descentralização Administrativa em Portugal.**

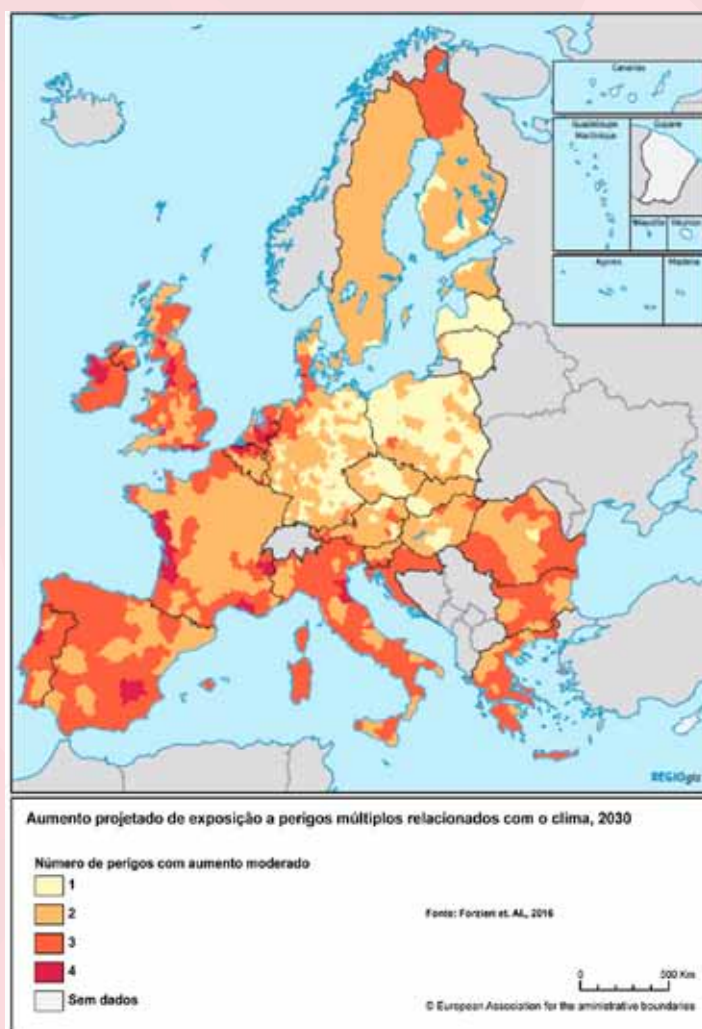
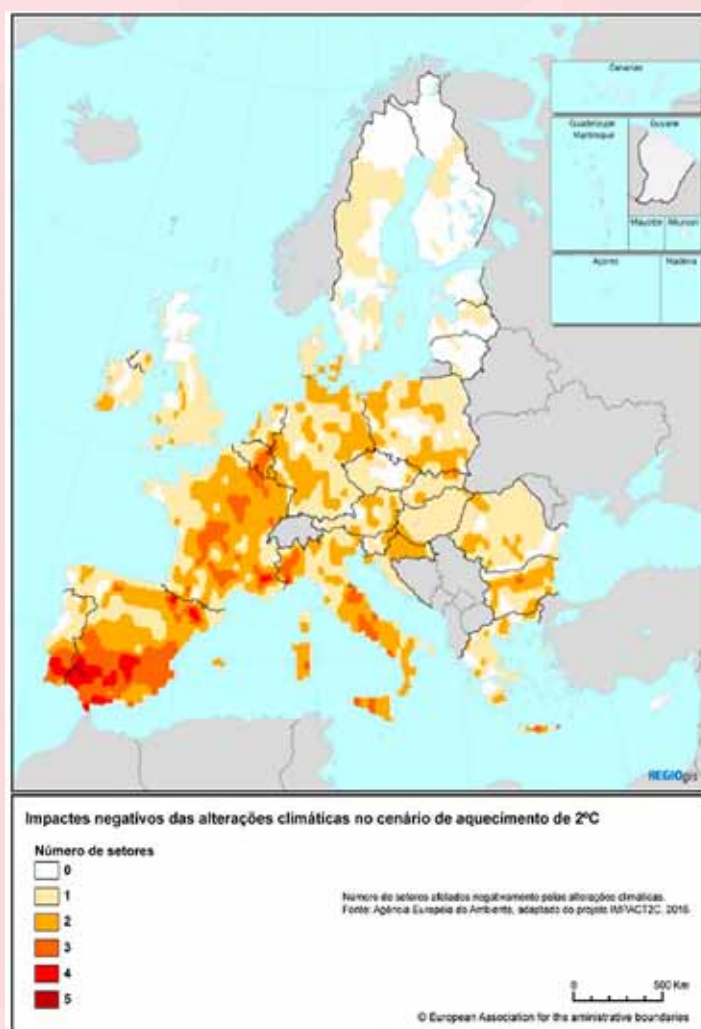
Artigo da responsabilidade de Luis Santos, diretor de serviços - Direção de Serviços Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL), CCDR Alentejo.

Perspetiva 2020

EXPLORAÇÃO DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO O CASO DAS CENTRAIS FOTOVOLTAICAS

O QUADRO DE REFERÊNCIA - As alterações climáticas

Num cenário de aquecimento global de 2°C os impactos negativos irão afetar um número de setores significativo, e já em 2030, projeta-se o aumento de exposição a perigos múltiplos relacionados com o clima.



Fonte: PNPOT (2019)

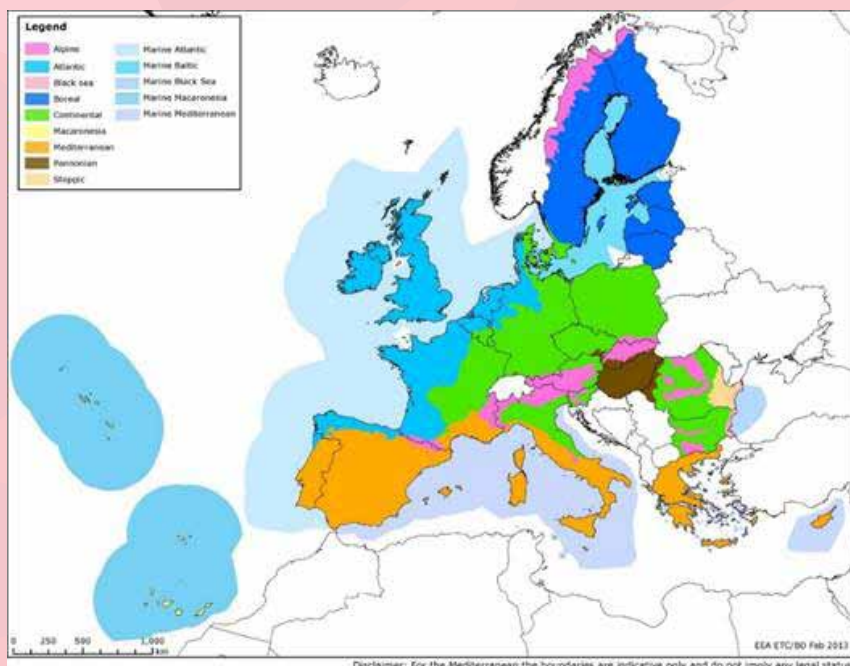
O PNPOT (2019) identifica as alterações climáticas enquanto uma das grandes mudanças críticas atuais. Entre 2005 e 2014 as emissões globais de gases com efeito de estufa seguiram a trajetória do cenário mais pessimista definido pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). O "The Global Risks Report 2017" (WEF2017) identifica os eventos climáticos extremos, a falta de água, os grandes desastres naturais e as falhas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, entre os principais riscos globais em termos de impacto sobre a vida e a atividade humana.

Nas políticas de mitigação, Portugal comprometeu-se a garantir a neutralidade das suas emissões até ao final da primeira metade do século XXI (2050), numa trajetória de redução de gases com efeito de estufa a longo prazo, em linha com os objetivos europeus.

Mas reconhece-se atualmente que a mitigação por si só não é suficiente para lidar com as mudanças do clima, exigindo o reforço da adoção de medidas de adaptação.

As alterações climáticas determinam, assim, a necessidade de mudanças na intensidade e incidência territorial dos riscos associados à vulnerabilidade das áreas urbanas, às cheias e inundações fluviais, aos galgamentos costeiros, às ondas de calor e à ocorrência de incêndios.

Em Portugal, a tendência revela o aumento da temperatura, conjuntamente com a alteração dos padrões da precipitação e a subida do nível médio do mar, como principais manifestações das alterações climáticas, que serão agravadas pelo aumento de eventos meteorológicos extremos, e efeitos de expressão territorial diferenciada. Estando, do ponto de vista europeu, inserido na região do Mediterrâneo, é sinalizada com uma área crítica para as alterações climáticas devido ao balanço hídrico negativo.



Disclaimer: For the Mediterranean the boundaries are indicative only and do not imply any legal status

Fonte: ESPON(2019)



Fonte: PNPOT (2019)

As alterações do clima constituem também um fator de injustiça social, com consequências sobre as desigualdades intra e intergeracionais.

Portugal terá em 2030 um território mais vulnerável com a redução da precipitação e relevantes perdas a sul, o que coloca desafios infraestruturais a todas as escalas geográficas, implicando uma maior necessidade de rentabilização e eficiência das infraestruturas e da gestão para suprir períodos de seca, que tenderão a ser mais frequentes.

Eventos extremos quer em áreas urbanas (ondas de calor, inundações, erosão costeira) quer rurais (incêndios florestais, perda da biodiversidade, redução de produtividade agrícola), tornam fundamental assegurar soluções de organização do território orientadas para o aumento da resiliência dos sistemas naturais, agrícolas, florestais e das comunidades, salvaguardando a sustentabilidade e a conectividade da paisagem e a soberania alimentar, através da procura de soluções de proximidade e de circularidade.

Releva-se para tal a importância da promoção e implementação de infraestruturas verdes e azuis que contribuam

para a adoção de soluções de base natural, potenciadoras de sinergias entre objetivos de restauração, incremento da resiliência dos ecossistemas e minimização de vulnerabilidades e riscos e de funcionalidades produtivas, essenciais para a utilização sustentável do solo.

A ENERGIA - fator crítico

Um crescimento mundial sustentável pressupõe a mudança de paradigma energético com avanços tecnológicos na exploração de energias renováveis, por forma a aumentar a sua utilização, regularizar a sua atual intermitência e avançar para soluções de armazenamento da eletricidade produzida.

Com a transição energética, na senda do objetivo da descarbonização, a adaptação e o desenvolvimento das redes elétricas, enquanto interface entre a produção e os consumidores, tornará possível melhorar a eficiência e integrar novas fontes de energia, permitindo acolher novos meios de produção local de eletricidade e desenvolver capacidades de interconexão entre regiões e países vizinhos.

A energia é um fator crítico para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, mas, através do alargamento da geografia de produção, igualmente um potencial fator de diluição de desigualdades territoriais, criando condições para conectar diferentes regiões.

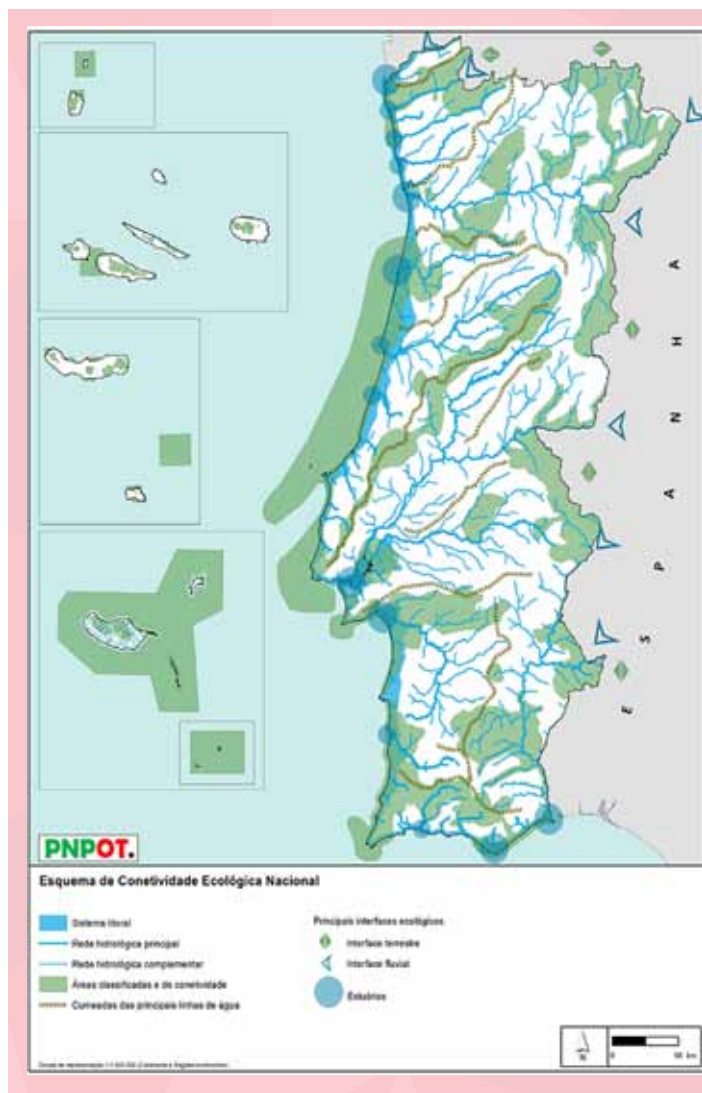
De facto, o desenvolvimento das capacidades de interconexão alarga o perímetro geográfico de difusão das energias renováveis entre os países europeus, representando uma abertura dos mercados e a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento dos vários territórios.

Além disso, isto reforça sobretudo o papel económico dos territórios rurais, através da valorização da sua capacidade produtiva e das mais-valias associadas aos serviços que podem prestar às comunidades (sumidouros de carbono, produção de energia, produção de alimentos, exploração de recursos minerais, entre outros).

Em Portugal tem-se vindo a verificar uma clara aposta nas fontes de energia renováveis, contribuindo para a redução da dependência energética do país, com incorporação de energia renovável no consumo final bruto de 31%.

Contudo:

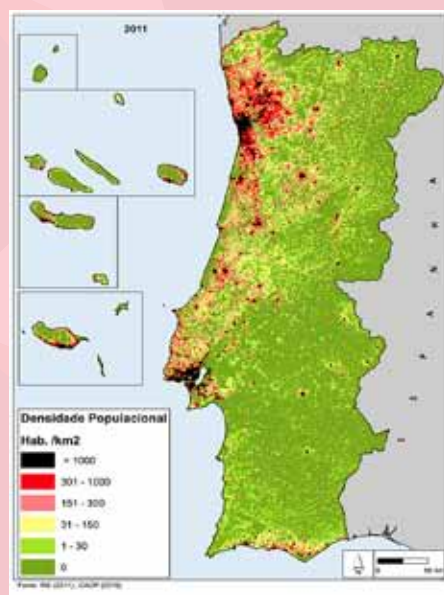
- Persiste uma elevada dependência de importações de produtos petrolíferos.
- Com o aumento do consumo de energia devido ao atual ritmo de crescimento da economia, é necessário implementar medidas que estimulem e modernização da indústria, eletrificação dos transportes e a requalificação energética do parque imobiliário.
- Há necessidade de aumentar a incorporação de energias renováveis e a eficiência energética no setor dos transportes e nível de capacidade de interligação entre Portugal e Espanha.
- O nível atual de interligação entre a Península Ibérica e França situa-se em apenas 2,6%, o que constitui um maior constrangimento à capacidade de Portugal exportar energia renovável para a Europa.
- O contínuo aumento da incorporação de energias renováveis intermitentes no sistema elétrico nacional cria a necessidade de introdução de tecnologias de armazenamento e de novos mecanismos que permitam a fiabilidade e flexibilidade da rede.



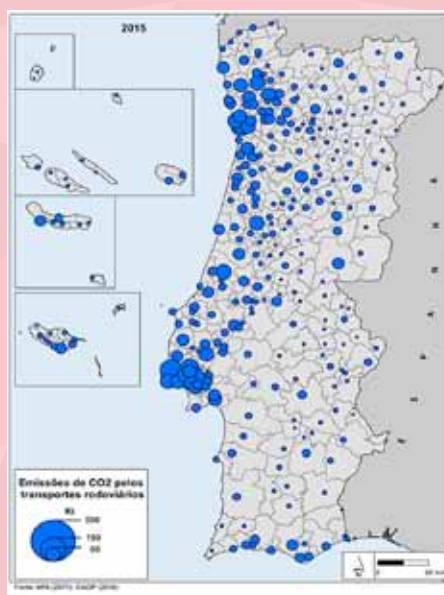
Fonte: PNPOT (2019)

No seu caminho para garantir a neutralidade das suas emissões (até ao final da primeira metade do século XXI - 2050), Portugal deverá organizar o território para este objetivo de acordo com as capacidades de cada região (soluções de mobilidade, eficiência energética e redução de emissões associadas às áreas urbanas, captura de CO2 em áreas rurais).

Com a evidência territorial da correspondência entre a densidade populacional (2011) e a emissão de CO2 (2015) pelos transportes rodoviários, ganha uma particular expressão a relevância do capital natural do Alentejo.



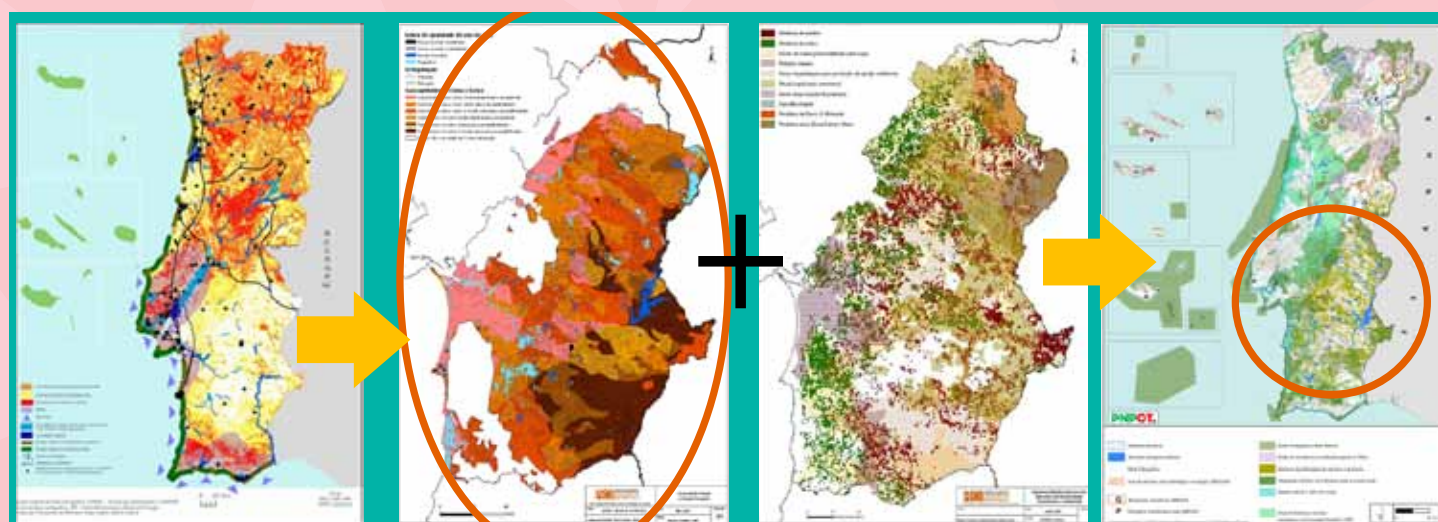
Fonte: INE (2011); CAOP (2016)



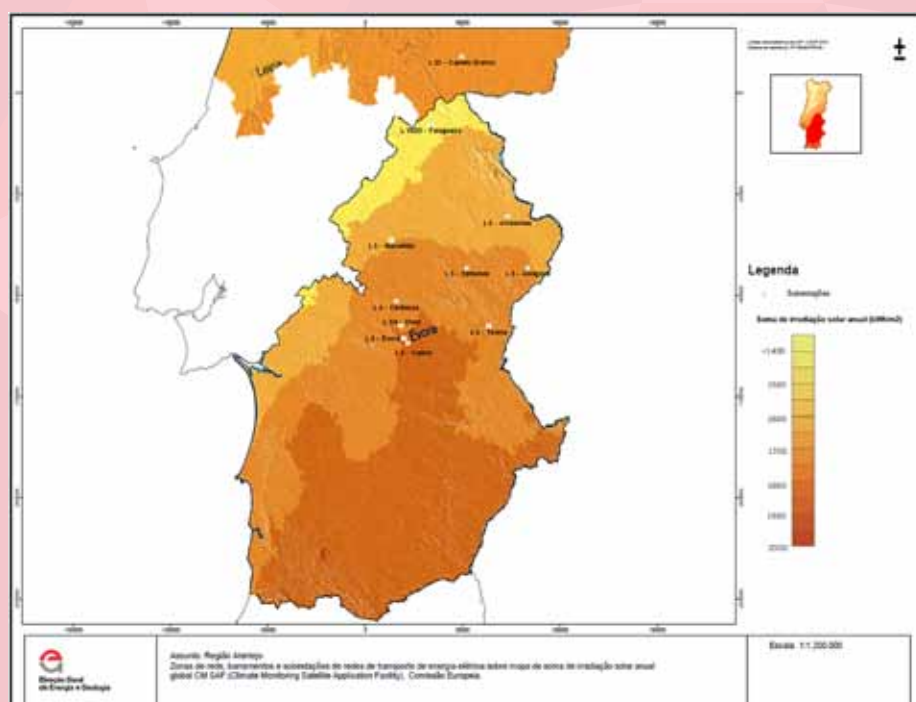
Fonte: APA (2017); CAOP (2016)



Está na sua origem, o conjunto de sistemas mediterrânicos ambiental e economicamente sustentáveis ainda predominante e que tem sido a garantia do não agravamento dos riscos de desertificação da região, que são os mais graves no país.

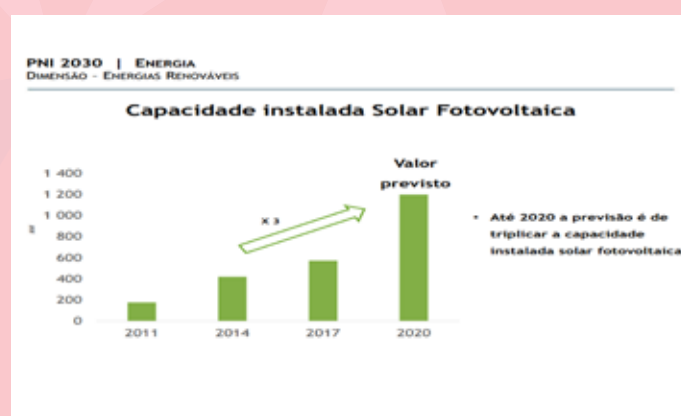
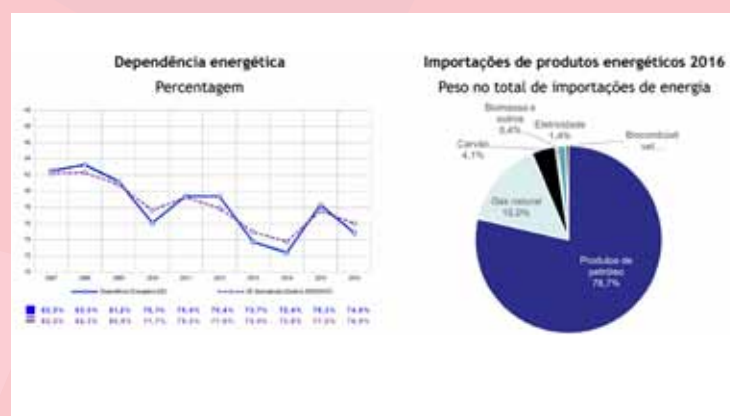


Ainda, num contexto em que Portugal possui das melhores condições para aproveitamento do recurso solar da Europa, cujo potencial está relacionado com a sua posição geográfica, entre as latitudes 37° e 42°, na faixa de encontro entre o Oceano Atlântico e o Continente Europeu, expresso através dos valores de insolação (1800-3200 horas de sol) e radiação solar (4,86 kWh/m²/dia) registados (APA, 1974; Daveau, 2000; Šúri et al, 2007; Huld et al, 2012; PVGIS, 2015), o Alentejo destaca-se como a região com os maiores valores.



Como tal, a energia fotovoltaica surge como a de maior potencial de desenvolvimento e exploração, constituindo uma opção inquestionável no âmbito dos documentos fundamentais de estratégia económica e de especialização inteligente, ambiental e territorial.

A recente revisão do PNPOT, enquanto instrumento de topo do Sistema de Gestão Territorial, identifica, consequentemente, o reforço de produção e utilização de energias renováveis, a par do desenvolvimento e utilização de tecnologias mais limpas e de produção industrial mais sustentável, como essencial para as metas de descarbonização.



Fonte: PNI (2018)

Prevê o Plano Nacional de Investimentos que no Alentejo até 2030 sejam autorizados 1013 megawatts e instaladas 33 novas centrais fotovoltaicas, com um investimento de 870 M €.

E é por isso que respostas diferenciadas terão que se aplicar a valores e ativos territoriais naturais (bi-odiversidade e conservação da natureza), floresta mediterrânica e sistemas sustentáveis associados, paisagem, ou áreas irrigadas.

A espacialização dessa resposta corresponde à identificação das áreas consideradas com maior aptidão para a instalação da exploração do potencial energético, representando a minimização de impactos ao nível dos ecossistemas e da paisagem.

Salvaguardada a possibilidade de instalação de estruturas para autoconsumo importará uma pró-atividade na identificação de áreas potenciais para instalação de centrais fotovoltaicas, tal como da sua regulamentação, indo mais além do que o registo das que não integram Rede Natura 2000, Áreas Protegidas, solos da Reserva Agrícola Nacional, Domínio Hídrico ou sistemas sensíveis da Reserva Ecológica Nacional, ou ainda que não contrariam os objetivos das classes de espaço em que se inserem ao nível do PDM.

Em síntese, tão importante quanto afirmar e consolidar a produção de energia de fontes renováveis, é a **organização da fileira do setor numa abordagem de ordenamento do território**, o que significa afinal **fazer escolhas** para que as políticas de mudança climática se constituam como um fator de justiça social no âmbito de um compromisso maior que é o equilíbrio inter geracional da salvaguarda e valorização dos valores e ativos territoriais regionais.

Artigo da responsabilidade de Maria de Fátima Bacharel, diretora de serviços - Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), CCDR Alentejo.



O Alentejo no contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região

Situação a 30 de junho de 2019

O Portugal 2020 reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais intervenções dos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais Temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE, PDR 2020.

Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela AD&C, entidade coordenadora dos fundos, no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial, referente a 30 de Junho de 2019, bem como à informação disponibilizada nos sites do PDR 2020 e MAR 2020.

Síntese Trimestral

Em termos de evolução pode constatar-se que, durante o último trimestre, houve crescimento quer ao nível das operações aprovadas, quer ao nível do investimento elegível, bem como ao nível dos fundos europeus comprometidos.

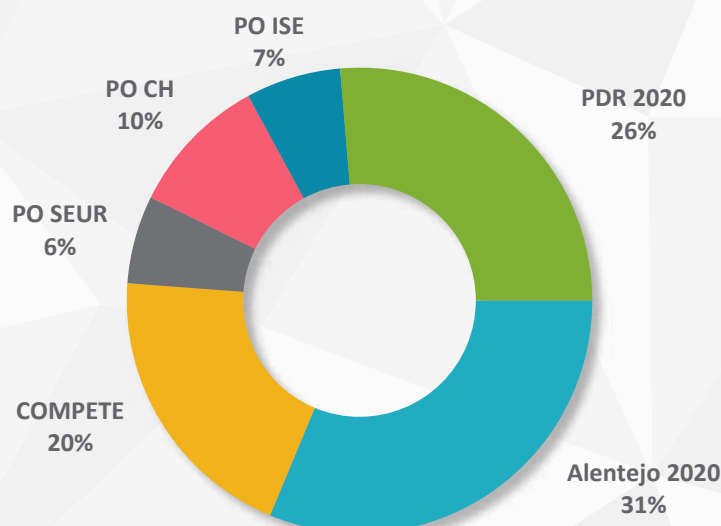
Quadro 1 - Evolução Global dos Fundos Europeus

	Acréscimo Relativo	
	Trimestre Anterior	Ano Anterior
Nº Operações	7,4%	36,1%
Investimento Elegível	5,7%	25,5%
Fundo Europeu	4,2%	24,6%

O mesmo se passou ao longo do último ano (jun. 2019 - jun. 2018), durante o qual se registaram acréscimos significativos ao nível de cada uma das variáveis analisadas.

Gráfico S1 - O Investimento por Programa Operacional no Alentejo

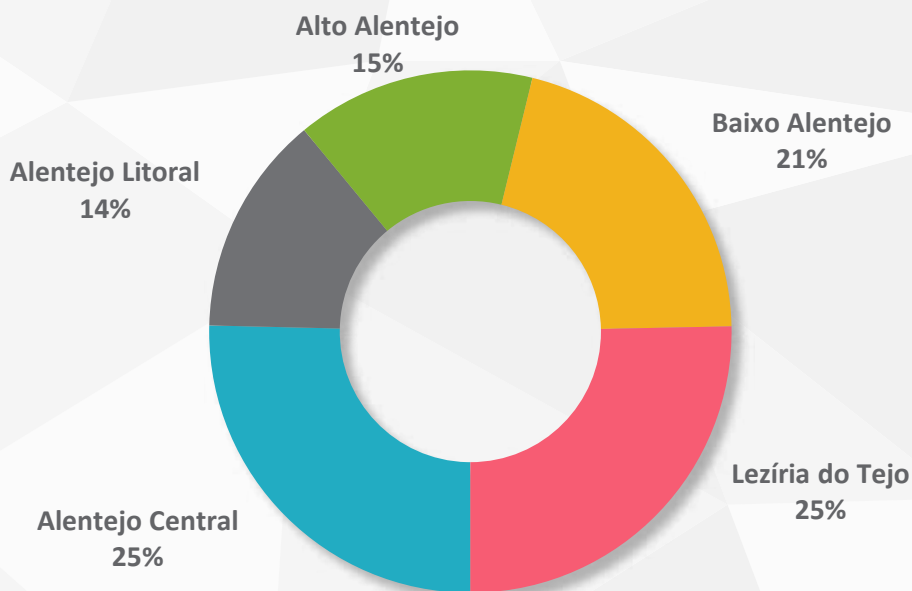
Investimento Elegível (junho 2019)



A maior parte do investimento a nível regional é realizado ao abrigo das candidaturas ao Alentejo 2020, seguindo-se o PDR 2020 e o COMPETE 2020; os três PO são responsáveis por 77% de todo o investimento elegível candidatado ao abrigo dos fundos europeus.

Gráfico S2 - O Investimento no Alentejo por NUTS III

Investimento Elegível (junho 2019)

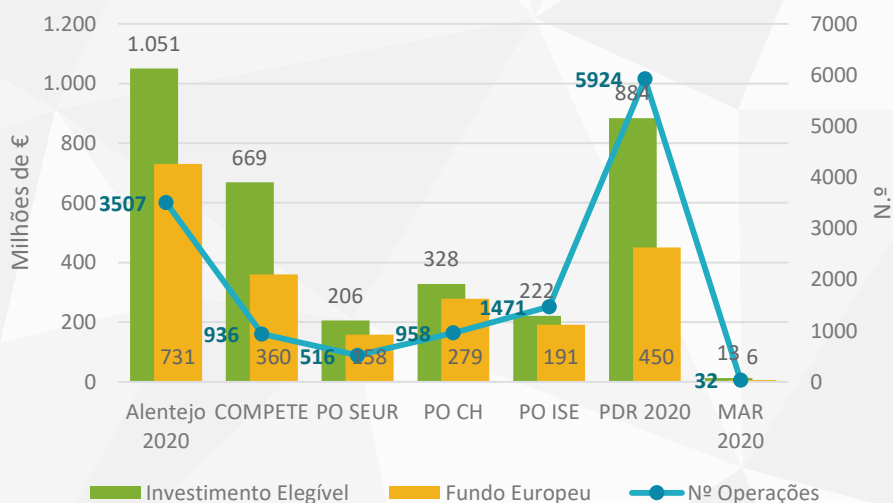


O maior volume de investimento elegível encontra-se no Alentejo Central, seguido de perto pela Lezíria do Tejo; estas duas NUTS III concentram 50% do investimento elegível aprovado para esta região.

Operações aprovadas por programa operacional

À data de realização deste estudo, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020.

Gráfico 1 - Os Programas Operacionais do Portugal 2020 no Alentejo



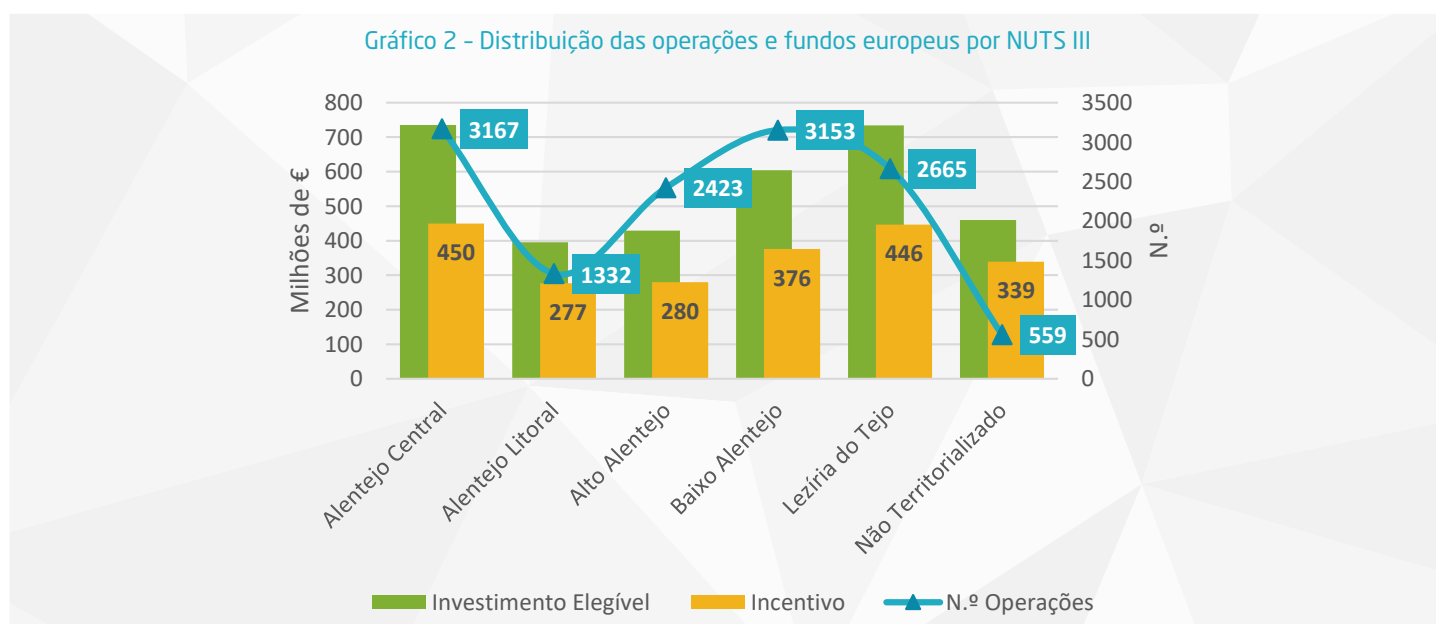
O PDR 2020 pela sua génese adequada à base económica do Alentejo e por ter sido o primeiro a arrancar, é o que tem mais operações aprovadas, 44% do total. Com o evoluir do tempo, no atual período de programação, está a notar-se uma diminuição do peso do PDR 2020 no contexto global da aplicação de fundos europeus no Alentejo, como resultado de uma evolução gradual na execução dos outros PO, designadamente o Alentejo 2020 e o POCH, enquanto o PDR 2020 já atingiu uma fase de maturidade.

O Alentejo 2020 apresenta o maior volume de investimento elegível, com 1.051 milhões de euros e o que mais fundos europeus mobiliza, 731 milhões de euros (34%).

O COMPETE 2020 apresenta o maior valor médio de investimento por projeto (mais de 714 mil euros/projeto).

A distribuição territorial dos fundos europeus dá uma perspetiva, ainda que de forma algo grosseira, do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 2, que representa a distribuição das operações e fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 24%) ocorre simultaneamente nas NUTS III Alentejo Central e Baixo Alentejo, sendo a primeira mais representativa no que respeita a investimento elegível (22%) e fundo europeu aprovado (21%) para apoiar as operações em curso.

Em termos de relevância, a Lezíria do Tejo assume também destaque, representa cerca de 22% do investimento elegível e 21% fundo europeu aprovado.



Observando o gráfico faz sentido fazer uma chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes, com particular destaque para o FSE, que representa cerca de 56% das operações não territorializadas, fruto da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário, que dificultam muito a sua afetação territorial.

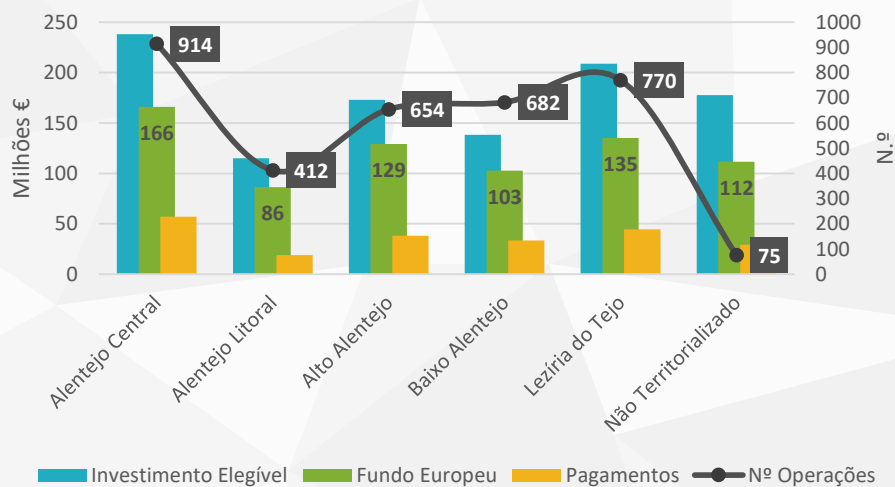
O FEDER representa 38% das operações e do fundo europeu não territorializado, neste caso a dificuldade de territorialização deve-se ao número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.

Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020

Este Programa é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 78% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 91% no que diz respeito a investimento elegível, fundo europeu aprovado e pagamentos efetuados.

De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 8%.

Gráfico 3 - O Alentejo 2020 por NUTSIII



A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo do Alentejo 2020 evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (23% do total). Também se observa um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que no seu conjunto representam cerca de 15% dos fundos aprovados para apoiar as operações.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes neste Programa e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de Intervenção: Qualificação e Inovação de PME e Reabilitação Urbana com cofinanciamento FEDER e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar com cofinanciamento FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

No sentido de se fazer alguma avaliação aos impactos do Alentejo 2020, calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva do que se está a passar relativamente ao peso dos fundos europeus na Região.

Desta forma, constata-se que o Alto Alentejo apresenta o maior volume de investimento *per capita* e detém o maior volume de fundos europeus aprovados *per capita* (1.207 €/hab.) no Alentejo 2020.

No que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central do que nas restantes NUTS III, nas quais supera os 74%.

Gráfico 4 - Indicadores de densidade no Alentejo 2020 por NUTSIII

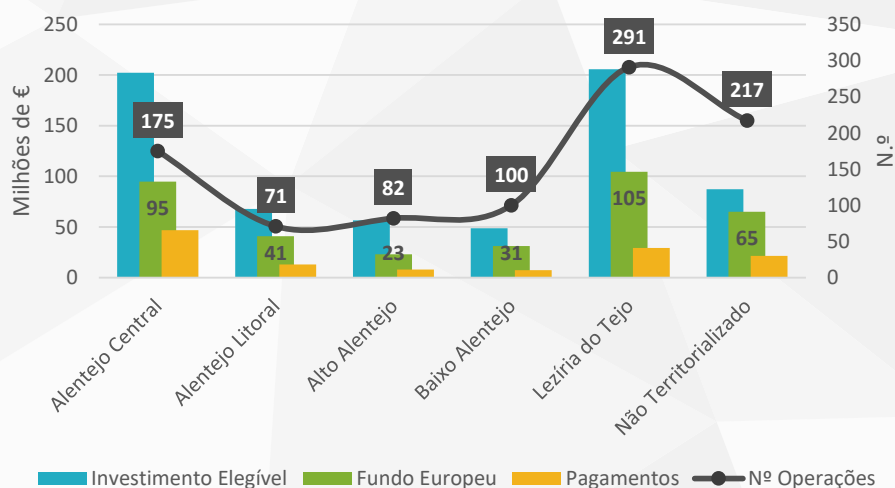


Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020

O COMPETE também é suportado por três fundos estruturais, o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

Nesta altura, o FEDER é fundo mais representativo atingindo valores que variam entre os 73% do número de operações, 88% do investimento elegível, 82% do fundo aprovado para as apoiar e os 91% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa.

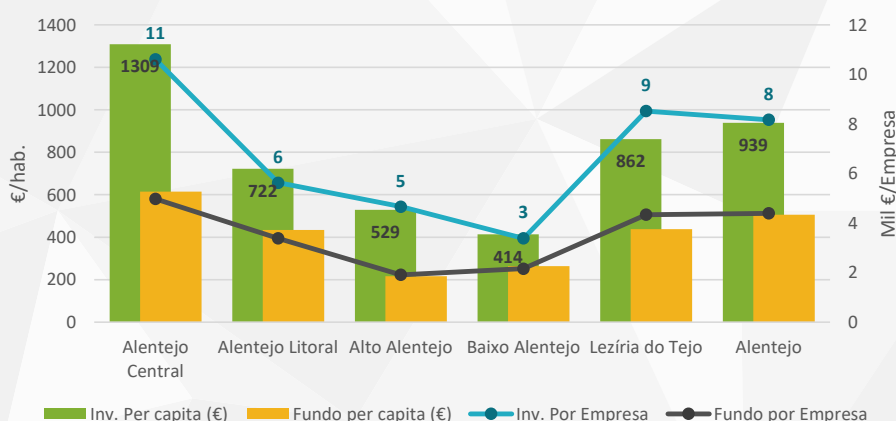
Gráfico 5 - O COMPETE 2020 por NUTSIII



No diz respeito à distribuição territorial, O COMPETE incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo que detêm 26% e 29%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações, indiciando que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial.

Saliente-se também o grande número de operações não territorializadas (23% do total) que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo Qualificado e Criativo; Internacionalização das PME e Empreendedorismo e Inovação Social.

Gráfico 6 - Indicadores de densidade no COMPETE 2020 por NUTSIII



Relativamente aos indicadores de densidade, verifica-se que o Alentejo Central é a NUTS III que apresenta valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por empresa, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo do COMPETE nesta NUTS III. De referir ainda que no Alentejo Central apenas 47% do investimento elegível é suportado pelos Fundos europeus, quando a média regional deste indicador se situa nos 54%.

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

O PO SEUR está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. Em termos de distribuição territorial foge um pouco às distribuições anteriores pois assume a sua maior expressão nas NUTS III Baixo Alentejo, com 31% do investimento elegível e 34% do apoio aprovado; em segundo plano destacam-se Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo com 22% e 26% do investimento elegível; e 25% e 22% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas, respetivamente.

Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas se enquadram na tipologia Ciclo Urbano da Água, que mobiliza 58% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações inseridas no PO SEUR. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas se enquadram na Tipologia Eficiência Energética nas Habitações, a qual representa 74% do investimento elegível e 61% do fundo europeu não territorializado neste Programa.

Gráfico 7 - O PO SEUR por NUTS III

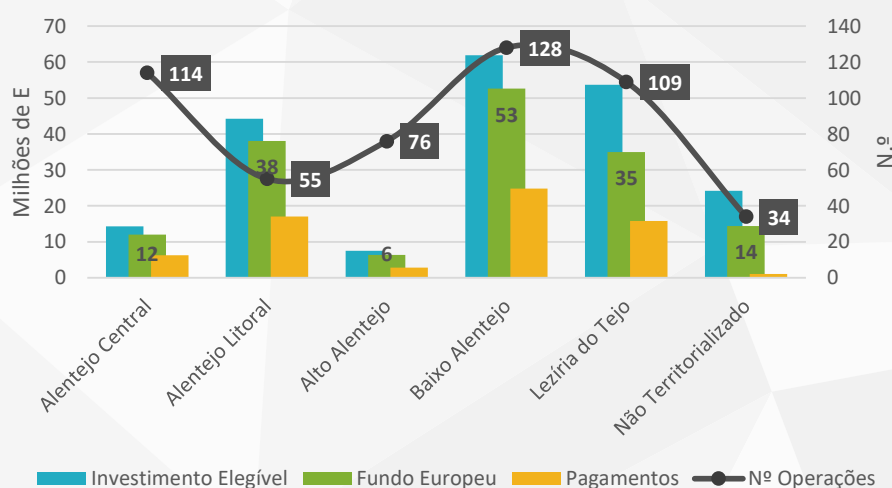
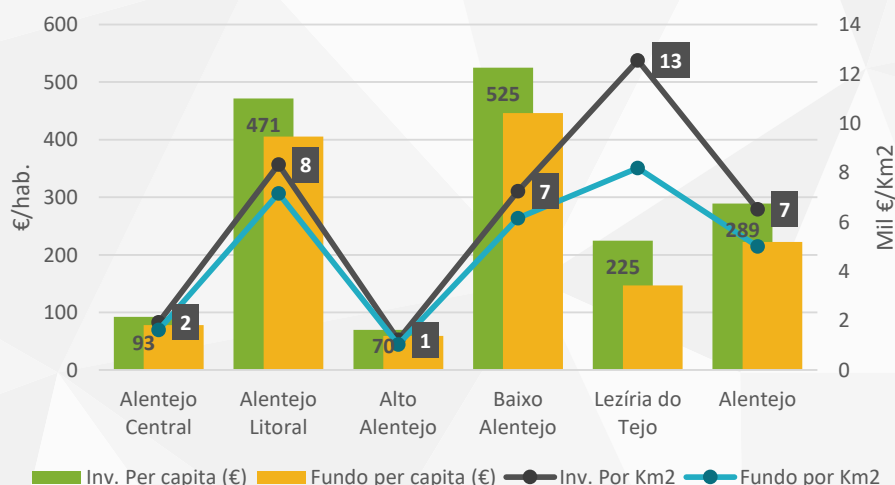


Gráfico 8 - Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTS III



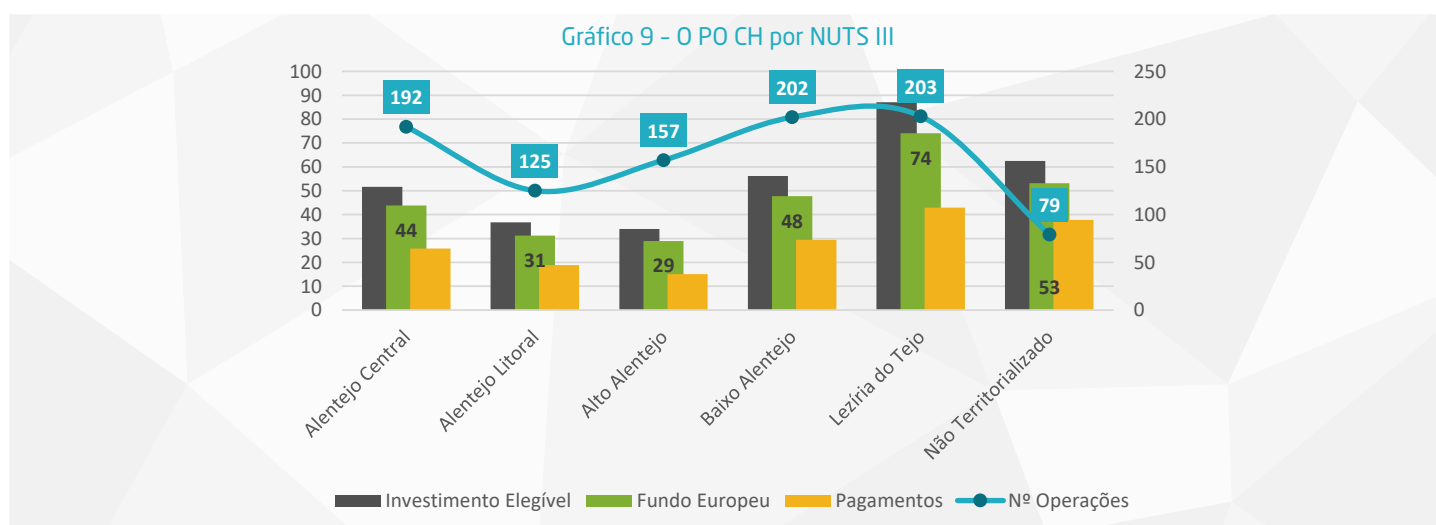
No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral são as NUT III que apresentam valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante. Já os valores observados por unidade territorial revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo do PO SEUR nestas duas NUTS III.

De salientar que, em quatro das cinco NUTS III da Região Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, a parte do investimento elegível suportada pelos fundos europeus é superior a 85%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 77%.

Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este Programa, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais pois apresenta o maior número de operações aprovadas (20%), de investimento elegível (26%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (26%).

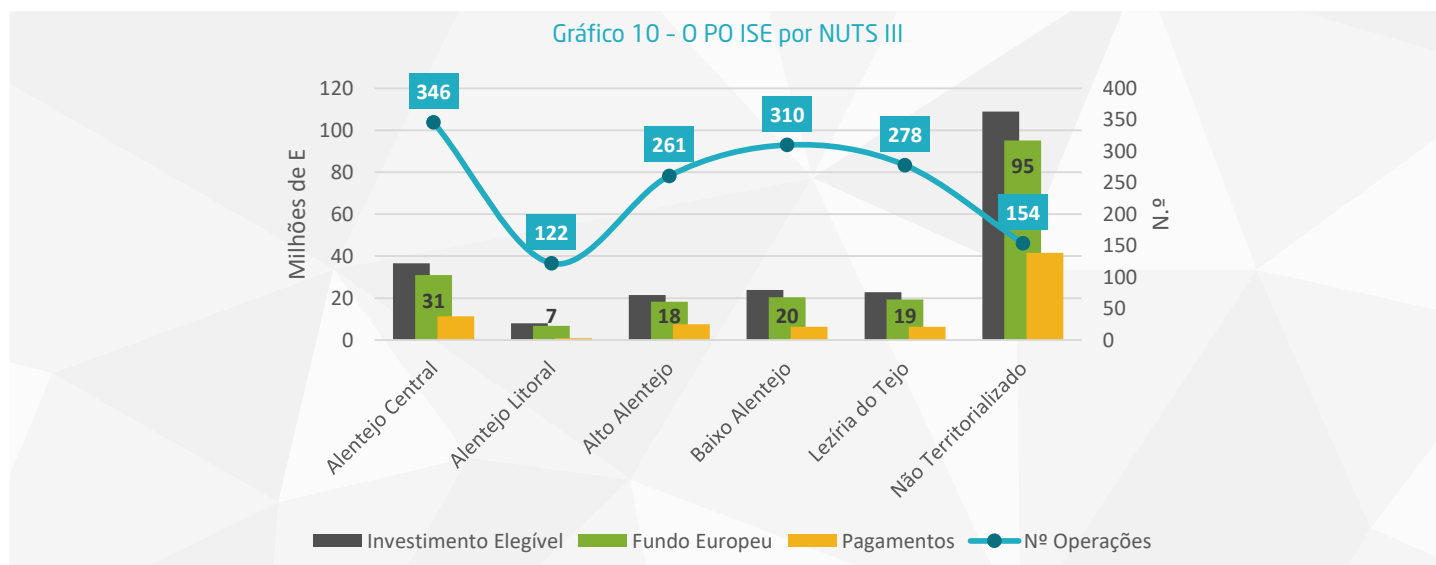
Merece destaque também o número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas (10%), que, contudo, concentram 19% do Investimento elegível e do incentivo concedido. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação avançada.



Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no gráfico 11.

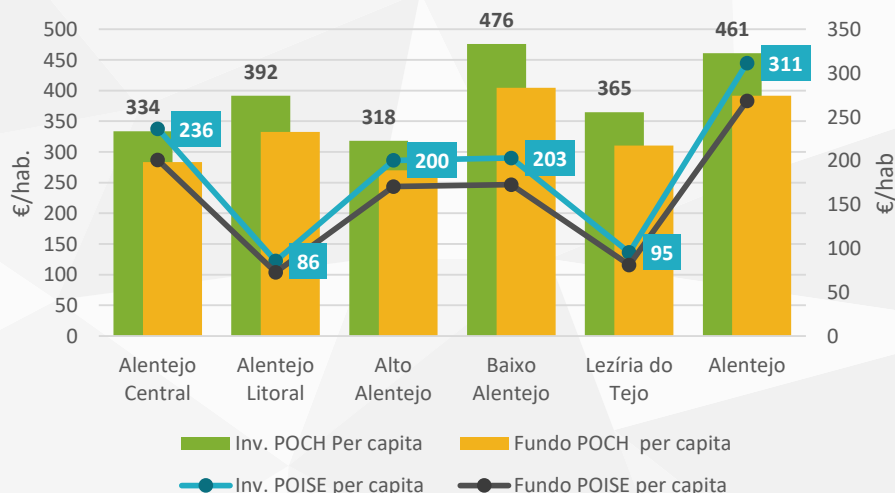
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

Este programa operacional tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este Programa, nenhuma NUTS III se destaca, todas elas primam por apresentar valores baixos. As operações não territorializadas constituem a exceção, e assumem predominância com 13% das operações contratadas, bem como o investimento com 53% do investimento elegível aprovado e do fundo europeu aprovado para as financiar.



Esta situação evidencia-se devido às tipologias de intervenção que compõem este PO, revelando por vezes dificuldade em estabelecer a sua ligação ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral; Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos jovens no mercado laboral.

Gráfico 11 - Indicadores de densidade no POCH e no POISE por NUTSIII



No que concerne aos indicadores de densidade no caso do POCH e do POISE, uma vez que se tratam de Programas virados para a qualificação das populações, optou-se por calcular os indicadores *per capita*. Em ambos os casos, observa-se que os valores obtidos para a região são significativamente superiores aos valores das NUTS III, esta situação deve-se ao facto de existirem em ambos os programas um conjunto muito alargado de operações não territorializadas.

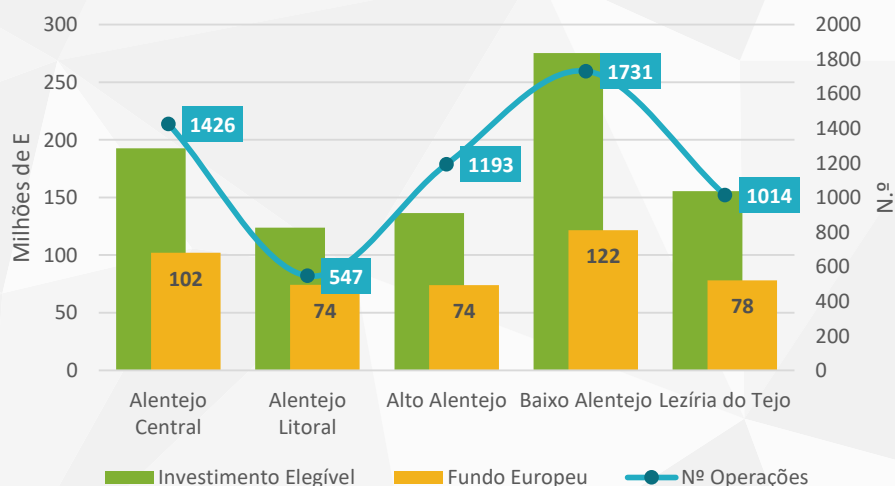
Ainda assim, e no caso do POCH, assume algum destaque o Baixo Alentejo, a única NUTS III na qual os valores dos indicadores superam a média regional. No caso do POCH, estão contratadas operações que representam um valor de investimento na região superior a 452 euros por habitante, enquanto que no POISE esse valor ascende a cerca de 283 euros/habitante.

Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020

O PDR 2020 é financiado única e exclusivamente pelo FEADER e tem sofrido alterações muito ligeiras de trimestre para trimestre, uma vez que foi o primeiro programa a atingir a maturidade e a ter a maior parte do fundo comprometido.

Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este Programa, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 16% no Alto Alentejo e os 26% no Baixo Alentejo. Esta NUTS III destaca-se um pouco mais, uma vez que apresenta o maior número de candidaturas aprovadas (29%) e o maior volume de investimento elegível (30%).

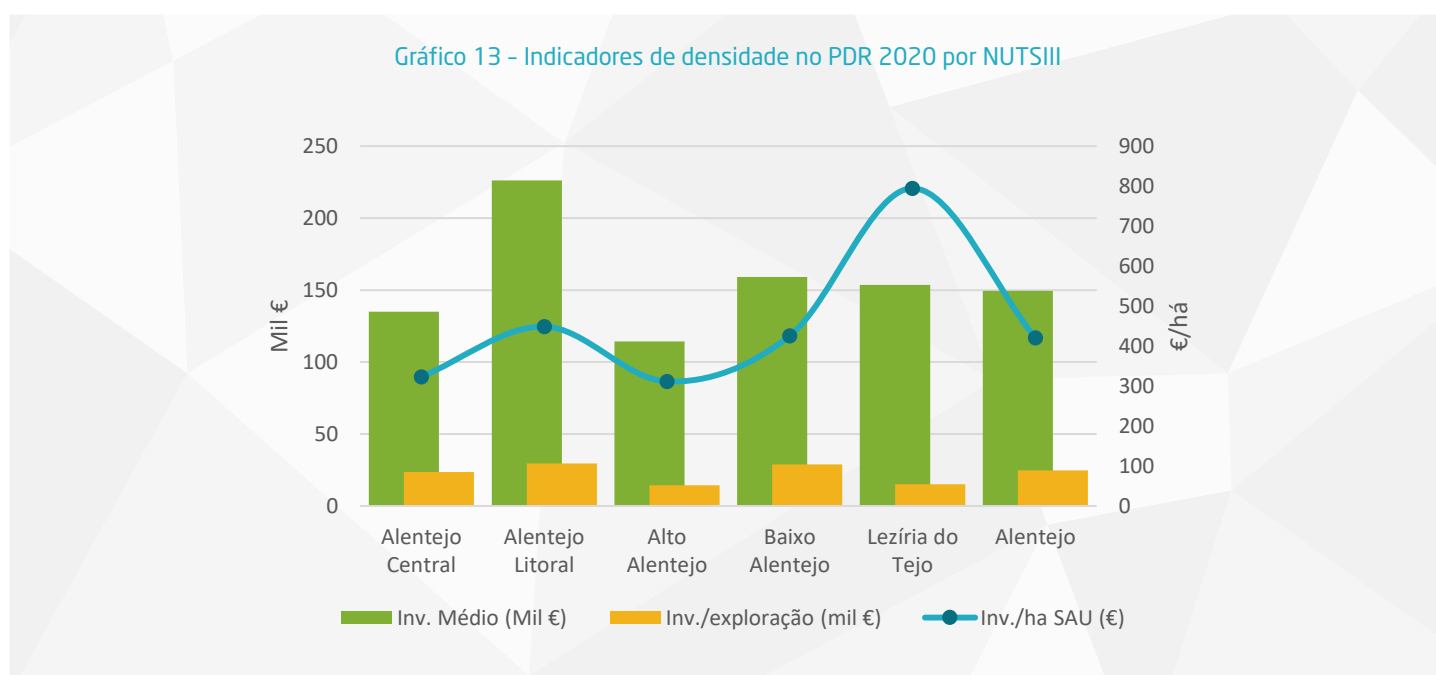
Gráfico 12 - O PDR 2020 por NUTS III



Esta situação está ligada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola.

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta maiores valores de investimento médio (superior a 234 mil euros) e maior volume de investimento por exploração (30,6 mil euros), indiciando uma mobilização muito grande de investimento para esta sub-região.

Por sua vez, a Lezíria do Tejo é a NUTS III que apresenta maior volume de investimento por unidade de área, superior a 795 €/ha, indiciando uma maior intensidade de investimento nas explorações localizadas nesta NUTS III.

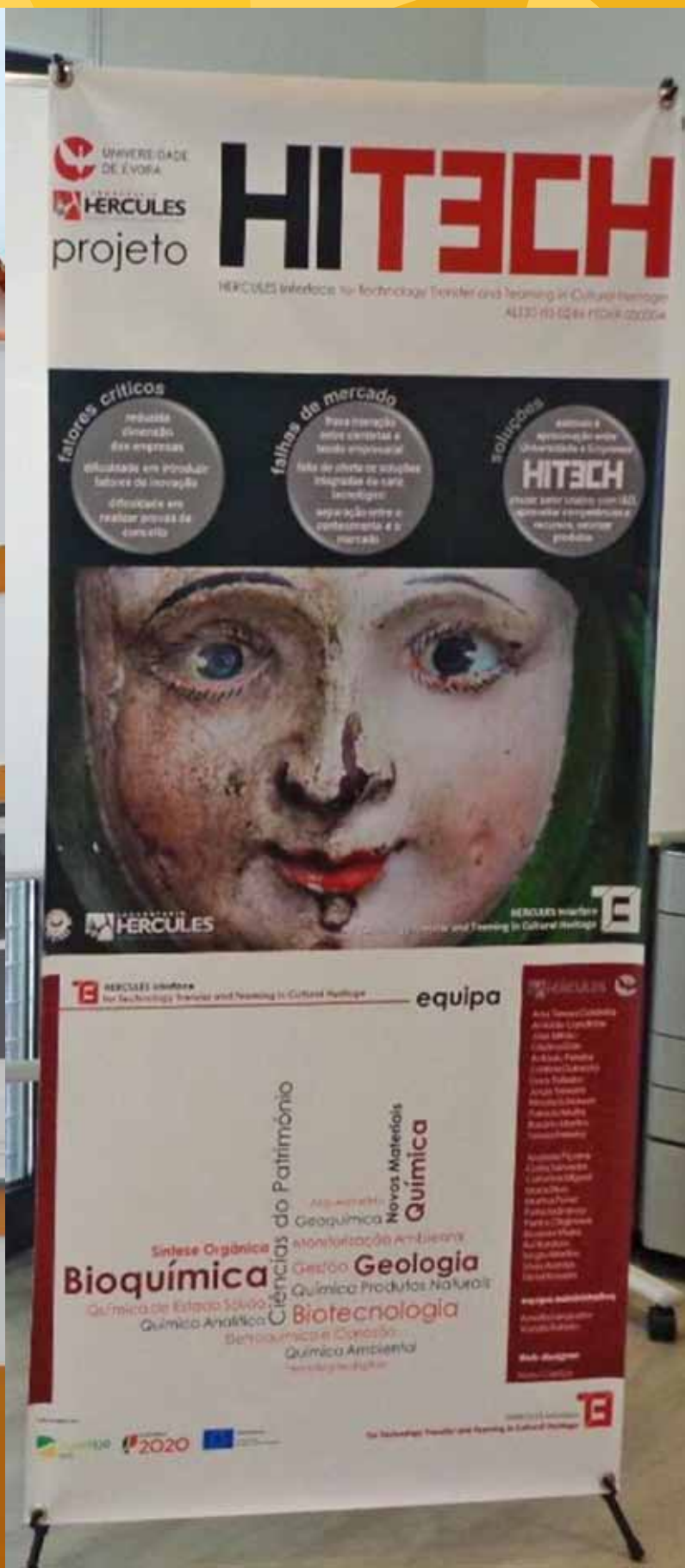


Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em destaque



Ficha de Projeto

Projeto:

Projeto de Requalificação e Valorização da Casa Fialho de Almeida, em Cuba

Beneficiário:

Município de Cuba

Concelho (Localização Física da Operação):

Cuba

Investimento Elegível Aprovado:

€ 832.816

FEDER Aprovado:

€ 707.894

Descrição:

O objectivo deste projeto é levar a mais gente aquele que foi um dos escritores de referência à época cujas obras mantêm uma atualidade assaz pertinente. A casa onde o escritor Fialho de Almeida habitou na vila de Cuba a partir de 1893, após o seu casamento com uma proprietária rural da região, e até 1911, quando faleceu, é um imóvel térreo de configuração vernacular, que conserva intactas as suas características arquitetónicas originais. O seu valor patrimonial estende-se à sua associação a esta relevante figura da literatura portuguesa, configurando desta forma um testemunho importante do ponto de vista da identidade e da memória coletiva nacional, e um indubitável ponto de referência histórica e simbólica da sua comunidade. A classificação da Casa do escritor Fialho de Almeida reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos e à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva. Desabitada há longos anos, com exceção de uma pequena parte até há pouco tempo ainda ocupada em regime de locação, o edifício evidencia sinais de degradação, particularmente acentuados no logradouro e anexos que o delimitam a nascente. Visa-se a requalificação do imóvel, através de duas abordagens diferenciadas quer em virtude do programa funcional, quer em consequência das características tipológicas do edifício e do seu estado de conservação, pelo que foram previstas duas intervenções distintas sendo:

Casa Fialho de Almeida - Conservação dos espaços originais da habitação, mantendo a compartimentação. Trata-se pois de uma obra de conservação e reabilitação do existente, e de adaptação de forma muito controlada ao programa a delinear para o espaço.

Criação de Museu Rural e Etnográfico da Vila de Cuba, implica uma abordagem de reabilitação que visa a preservação de alguns elementos tipológicos relevantes, mas em que a componente de construção nova, é mais significativa atendendo ao estado de ruína existente e ao programa funcional proposto.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.

Descrição:

O projeto HIT3CH visa a criação de uma interface de transferência de tecnologia e inovação que permita ao setor empresarial aumentar a eficiência dos seus processos, através da procura e incorporação de novas tecnologias, geração de novas ideias de negócio e desenvolvimento de investimentos orientados para uma maior criação de valor.

Tomando partido das competências instaladas no Laboratório HERCULES, a unidade HIT3CH terá como missão estabelecer uma estratégia de desenvolvimento que fomente a geração de valor, proveniente da aplicação do conhecimento com vista ao desenvolvimento de novas tecnologias e produtos com elevado potencial de mercado nos domínios de atividade ligados à reabilitação urbana e construção civil (novos produtos, suporte técnico-científico), ao turismo (novos conceitos, tecnologias digitais aplicadas e acessibilidade), à conservação e restauro (novos produtos e metodologias, suporte científico), à arqueologia e prospeção geofísica (novas metodologias, suporte técnico-científico), ao ambiente (monitorização e controle ambiental), às indústrias criativas e artes plásticas (novos conceitos, materiais e processos), às artes tradicionais (valorização, certificação e otimização), aos recursos minerais e rochas ornamentais (caraterização, valorização e certificação), e ao agroalimentar (análise, certificação e valorização de produtos).

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



Ficha de Projeto

Projeto:

HERCULES Interface for Technology Transfer and Teaming in Cultural Heritage - HIT3CH

Beneficiário:

Universidade de Évora

Concelho (Localização Física da Operação):

Évora

Investimento Elegível Aprovado:

€ 355.035

FEDER Aprovado:

€ 301.779

ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Síntese de execução do ALENTEJO 2020

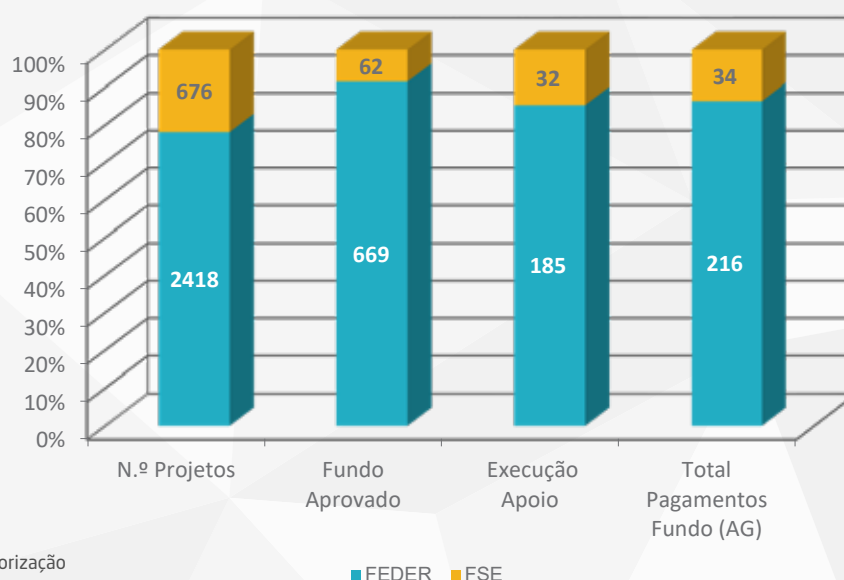
Situação a 30 de junho de 2019

Esta síntese foi elaborada com base nos dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 e referem-se a 30 de junho de 2019.

Aplicação dos Fundos Europeus

Foram aprovados, no âmbito do Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, um total de 731 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 3.094 operações, sendo que 78% das operações e 91% dos fundos europeus foram aprovados no âmbito do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

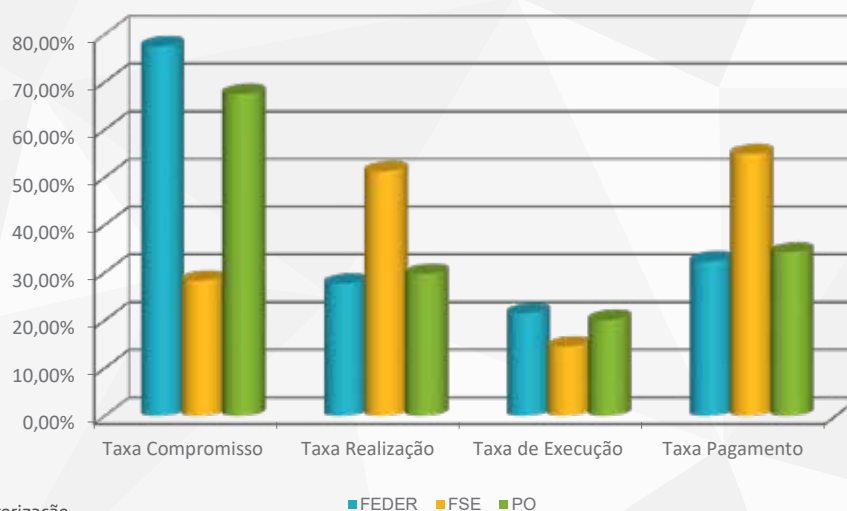
Gráfico – Síntese da Execução do Alentejo 2020



Indicadores Financeiros

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 217 milhões de euros, a maior parte (85%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores mais de 250 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores Financeiros do Alentejo 2020

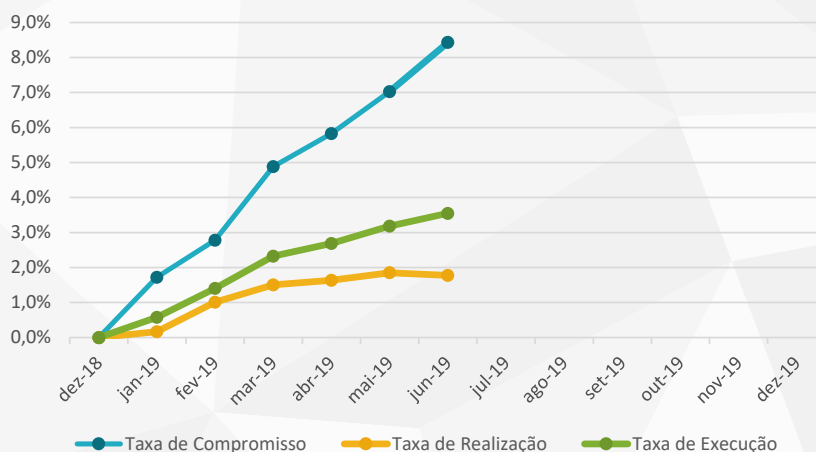


No que concerne à execução do programa, da análise dos indicadores produzidos, constata-se que este apresenta uma Taxa de Compromisso (Fundo Aprovado/Dotação de Fundo), com valores próximos a 68% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 30% e 20%, respetivamente, e valores já consideráveis (34%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próximo dos 55%.

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, o FSE - Fundo Social Europeu, destaca-se por apresentar taxas de realização e de pagamento superiores, pois devido à sua génese e às normas que lhe estão associadas é possível conceder adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

A evolução dos indicadores de execução do ALENTEJO 2020, ao longo do ano de 2019, até 30 de Junho, foi positiva em todos eles, particularmente visível na taxa de compromisso que cresceu mais de 8% durante o corrente ano, situando-se nesta altura perto dos 68%, valor superior 24 p.p. ao registado em junho de 2018. As taxas de realização e de execução apresentam acréscimos positivos de 1,8 e 3,5 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 1,2 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em mais de 13 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

Gráfico - Evolução dos Indicadores Financeiros

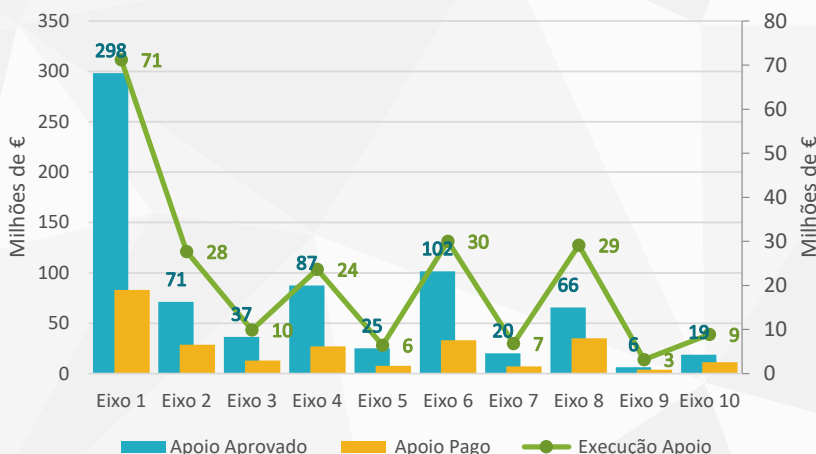


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Dinâmica da Execução por Eixo Prioritário

Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, representam 86% do investimento elegível aprovado neste PO Regional. Em 30 de junho de 2019, esses cinco eixos representavam 85% dos fundos aprovados, 84% do fundo executado e 83% dos fundos pagos.

Gráfico - Execução por Eixo Prioritário



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

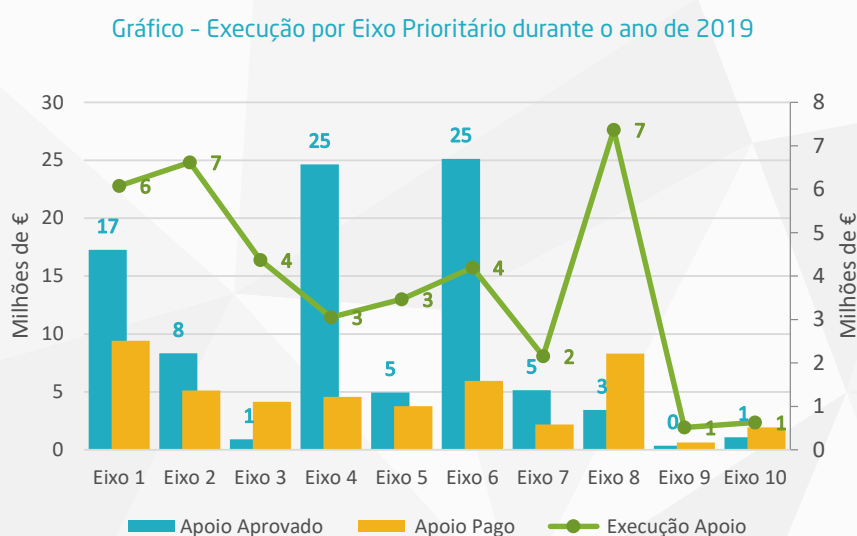
De entre os Eixos Prioritários mencionados, a nível de valores acumulados desde o início do programa, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (41%), seja a nível de Fundo executado (33%) e também de Fundo Pago (33%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

A análise efetuada relativamente à evolução do Alentejo 2020 ao longo de 2019, permite observar que foram aprovadas 421 operações que promoveram a aprovação de mais de 38 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 6% relativamente ao final do trimestre transato.

No mesmo período, foram executados mais de 13 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 19 milhões, valores que, relativamente ao trimestre anterior, representam acréscimos de 6,5% e 8,5%, respetivamente.

Destacaram-se dos demais os Eixo 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável e 6 - Coesão Social e Inclusão, que registaram maiores acréscimos de fundo aprovado. Já no que respeita ao apoio pago, destacaram-se o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME e 8 - Ambiente e Sustentabilidade; quanto à execução de apoio, o destaque vai para os Eixos 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano e 7 - Eficiência Energética e Mobilidade.

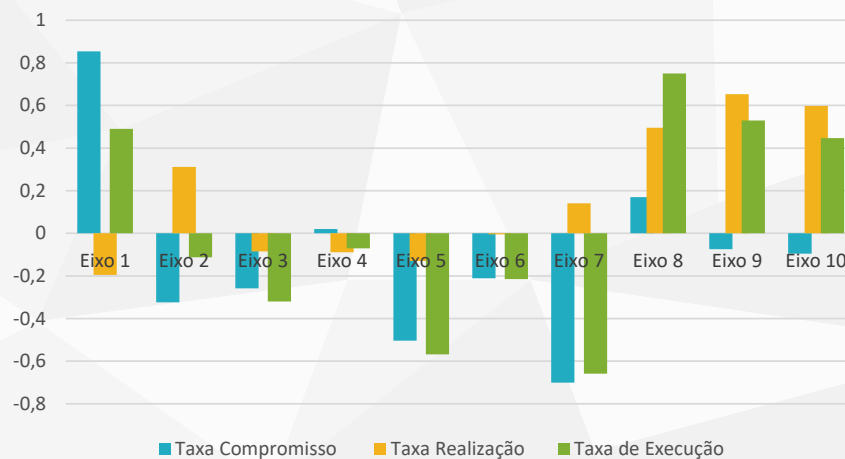
Os Eixos 3 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa, registaram um nível baixo de aprovações e os Eixos 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa e 10 - Assistência Técnica apresentam, neste ano, valores reduzidos de execução e registam baixos valores de pagamentos.



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise comparativa dos indicadores financeiros relativamente à média do Alentejo 2020. No que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que apenas os Eixos 1 e 8 apresentam taxas superiores à média, sendo que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores que superam os 100%, facto que está relacionado com os valores de execução que normalmente ficam um pouco abaixo das aprovações, dando desta forma margem para que os compromissos assumidos sejam cumpridos.

Gráfico - Indicadores Financeiros por Eixo Prioritário



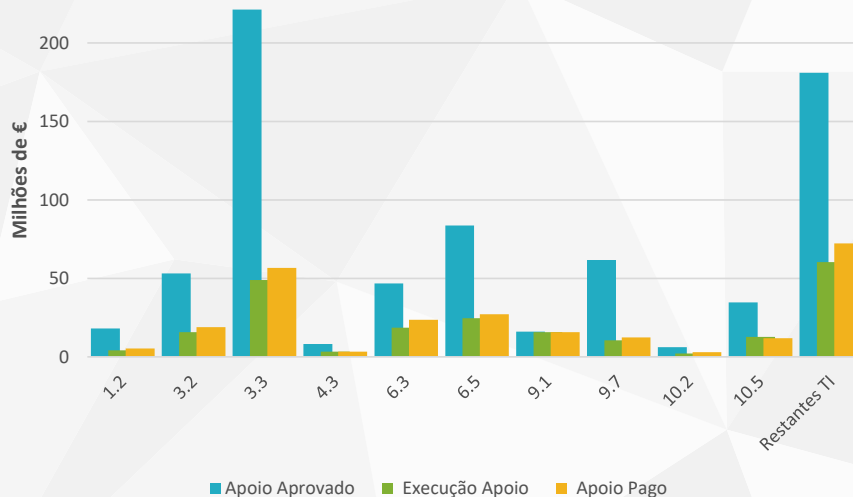
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente à Taxas de Realização, observa-se que os Eixos 2, 7, 8, 9 e 10 apresentam valores superiores à média observada para o Programa, destacando-se ligeiramente o Eixo 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, cujos valores se situam nos 50%.

No que concerne à Taxa de Execução, também se destacam os Eixos 1, 8 e 9, com valores de 30%, 35% e 30% respetivamente, os quais são consideravelmente superiores à média do Programa (20%). De referir que todos os Eixos Prioritários já apresentam valores de execução, se bem que dois deles, o 5 - Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, apresentem taxas de execução reduzidas, ainda assim superiores a 5%.

Realizou-se uma análise semelhante relativamente às dez Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (1.2 - A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior...; 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural; 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano; 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e da participação ativa e da melhoria da empregabilidade; 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local...; 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior; e 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas).

Gráfico - Execução por Prioridade de Investimento



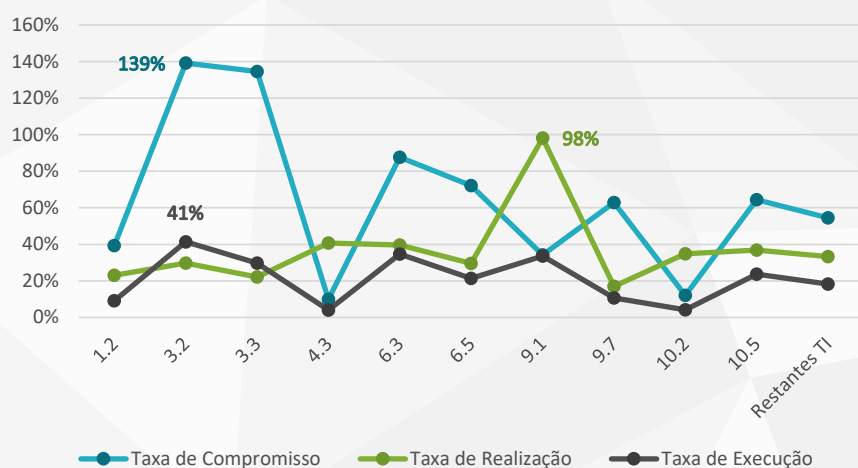
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Na análise efetuada à execução das diferentes Prioridades de Investimento no âmbito do ALENTEJO 2020, destaca-se a PI 3.3 que apresenta maior volume de incentivo aprovado, mais de 221 milhões de euros, e maior volume de execução.

Contudo, em termos de taxas, verifica-se que a maior Taxa de Compromisso se encontra na PI 3.2 com 139%, enquanto a maior Taxa de Execução (41%) se encontra na PI 3.2; por sua vez, a maior Taxa de Realização é detida pela PI 9.1. Além da PI 3.2, apenas a PI 3.3 regista valor de compromisso superior à dotação prevista no Programa Operacional, valor esse que foi alterado em resultado da reprogramação do programa, que reduziu substancialmente a dotação de fundos europeus na PI 3.3.

No polo oposto, no âmbito das PI com maior dotação de fundos europeus, vamos encontrar as PI 4.3 e 10.2, com poucas operações aprovadas, 28 e 13 respetivamente, as quais proporcionam Taxas de Compromisso (10% e 12%), de Realização (41% e 35%) e de Execução (4%) muito baixas.

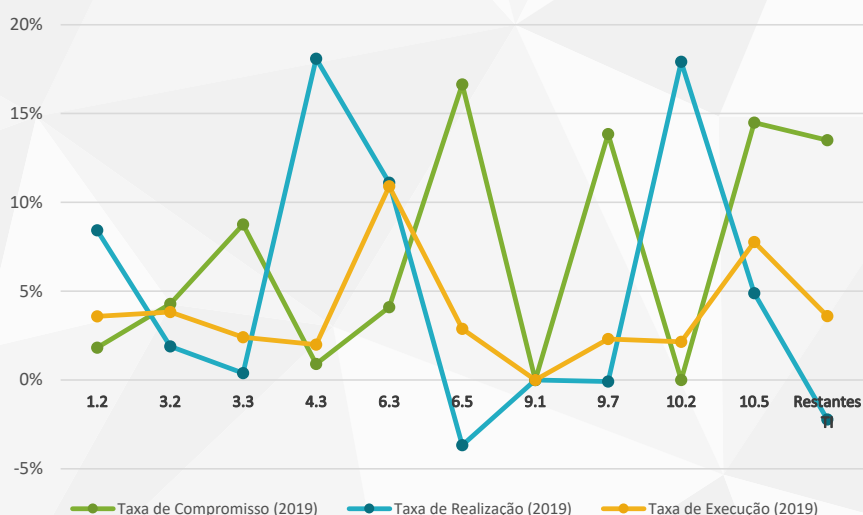
Gráfico - Indicadores Financeiros por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

De referir que ainda existem mais três PI (4.2 - Promoção da eficiência energética, 8.1 - Acesso ao emprego, e 11.2 - Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, pois não apresentam no final do período em análise qualquer operação aprovada.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento durante o ano de 2019



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Particularizando a análise por PI, constata-se que as Taxas de Compromisso das várias PI seguem trajetórias algo diferenciadas durante o ano de 2019, com particular destaque para as PI 6.5, 9.7 e 10.5, as que apresentaram maior crescimento de volume de incentivo comprometido, com valores que superaram ou estão perto dos 15 p.p. neste primeiro semestre.

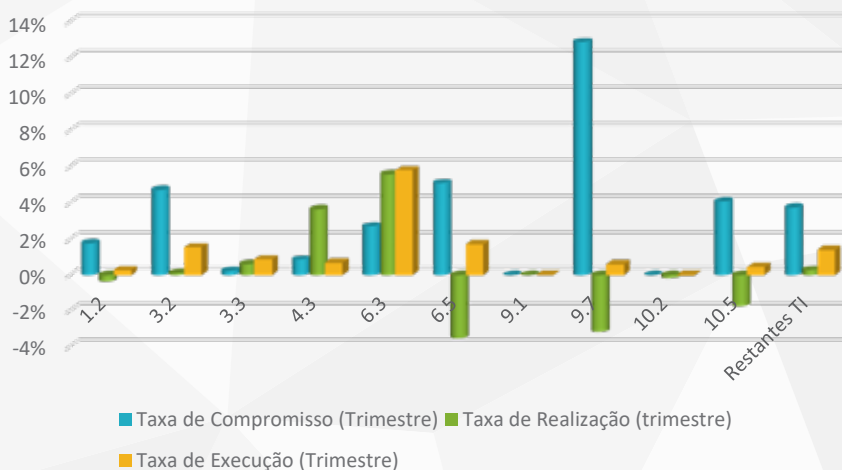
No polo oposto, estão as PI 1.2, 3.2, 4.3, 9.1 e 10.2, que não apresentaram acréscimos, ou apresentam montantes residuais nos valores comprometidos.

Ao nível das Taxas de Realização, os maiores acréscimos do ano corrente registam-se na PI 4.3 e PI 10.2, com um acréscimo de 18 pp; estes valores aparecem como resultado de algumas descativações.

Em sentido oposto, as PI 3.3, 6.5, 9.1 e 9.7 não apresentam qualquer variação ou têm variação negativa na Taxa de Realização, o que, neste caso, parece indiciar que a execução acompanha a aprovação de incentivos.

Por fim, no que respeita às Taxas de Execução, seguem um padrão semelhante durante o ano de 2019, destacando-se a PI 6.3 com um acréscimo de 11 pp, e a PI 10.2 que regista um aumento de 8pp. As PI 1.2, 9.1, 10.2 e 10.5 não registaram qualquer execução neste trimestre.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento no último Trimestre



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Durante o segundo trimestre de 2019, a PI 9.7 destacou-se das demais, registrando maior acréscimo no valor de incentivo comprometido. Por sua vez, a PI 6.3 registou o maior acréscimo nas taxas de compromisso e de execução.

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

